



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0417/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026**

O INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE CACHOEIRAS DE MACACU - IAPCM, por intermédio do pregoeiro, designado pela Portaria nº 0003, de 06 de janeiro de 2026, nos termos das disposições contidas na Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, no modo de disputa **“ABERTO”** para *“Contratação de solução tecnológica integrada em modelo SaaS (Software as a Service), destinada à gestão previdenciária do Instituto de Assistência e Previdência dos Servidores Públicos Municipais, contemplando:*

- *licenciamento de uso do software;*
- *implantação e configuração dos módulos contratados;*
- *migração e conversão de dados;*
- *treinamento e capacitação dos usuários;*
- *suporte técnico especializado;*
- *manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva;*
- *atualizações legais e tecnológicas durante toda a vigência contratual.*

conforme especificações e quantidade estabelecidas no Anexo I deste edital.

I – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

II – DO OBJETO

III – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO

IV – DO CREDENCIAMENTO

V – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS À ME/EPP

VI – DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇO

VII – DA ABERTURA DA SESSÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO DESEMPATE

IX – DA NEGOCIAÇÃO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

X – DA HABILITAÇÃO



XI – DA PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇO

XII – DOS RECURSOS

XIII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

XIV – DO PAGAMENTO

XV – DAS PENALIDADES

XVI – DA CONTRATAÇÃO

XVII - DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO

XVIII – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

XIX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**ANEXOS:**

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – PREÇOS MÁXIMOS PROPOSTOS PELA ADMINISTRAÇÃO;

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO;



**PREGÃO ELETRÔNICO N. 001/2026 – INSTITUTO DE APOSENTADORIA E  
PENSÕES DE CACHOEIRAS DE MACACU - IAPCM**

**I – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO**

**1.1** A abertura desta licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida pelo pregoeiro, a ser realizada conforme indicado a seguir, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste edital.

**1.2** No dia **02/06/2026, às 10:00 horas**, será feita a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do Sistema de Compras do Licitanet - sítio <https://www.licitanet.com.br>.

**1.3** Todas as referências de tempo neste edital, no aviso de licitação e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

**II – DO OBJETO**

**2.1** Esta licitação tem por objeto a *Contratação de solução tecnológica integrada em modelo SaaS (Software as a Service), destinada à gestão previdenciária do Instituto de Assistência e Previdência dos Servidores Públicos Municipais, contemplando:*

- *licenciamento de uso do software;*
- *implantação e configuração dos módulos contratados;*
- *migração e conversão de dados;*
- *treinamento e capacitação dos usuários;*
- *suporte técnico especializado;*
- *manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva;*
- *atualizações legais e tecnológicas durante toda a vigência contratual.*

conforme especificações e quantidade estabelecidas no Anexo I do Termo de Referência.

**2.2** Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no [licitanet.com.br](https://licitanet.com.br) e as especificações constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

**III – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO**

**3.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio do correio eletrônico [licitacoespmcm@gmail.com](mailto:licitacoespmcm@gmail.com)

**3.2** As impugnações deverão ser dirigidas ao pregoeiro por quem tenha poderes para representar a licitante ou por qualquer cidadão que pretenda impugnar o ato convocatório nesta qualidade

**3.3** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

**3.4** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório que implique sua modificação, será divulgada nova data para realização do certame, da mesma forma em que se deu a divulgação



do texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**3.5** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br>, por meio do link Processos>Cachoeiras de Macacu>Pregão> Impugnar, para conhecimento da sociedade em geral e dos fornecedores, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para obtenção das informações prestadas, cujas respostas vincularão tanto os participantes quanto a administração.

**3.6** A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo pregoeiro nos autos do processo de licitação.

#### **IV – DO CREDENCIAMENTO**

**4.1** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no sítio <https://www.licitanet.com.br>.

**4.2** O credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**4.3** A licitante responsabilizar-se-á formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, seus documentos e seus lances, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**4.3.1** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

#### **V – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS À ME/EPP**

**5.1** Poderão participar deste pregão eletrônico empresas que:

**5.1.1** Atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital.

**5.1.2** Estejam previamente credenciadas perante o sistema eletrônico <https://www.licitanet.com.br>

**5.1.3** Manifestem, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

**5.1.4** Na ocasião de participação das microempresas e empresas de pequeno porte – ME/EPP, serão adotados os critérios estabelecidos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar n. 123/2006 e no Decreto n. 8.538/2015, com ressalva para os casos previstos nos incisos I e II, do § 1º, do art. 4º, da Lei n. 14.133/2021.

**5.1.5** Para o enquadramento das ME/EPP, a licitante, no ato de envio de sua proposta e da documentação de habilitação, em campo próprio do sistema, deverá declarar que atende os requisitos do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006 para fazer jus aos benefícios da referida Lei.

**5.1.5.1** A licitante deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que não detém, no ano-calendário de realização desta licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte no valor de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões, oitocentos mil reais), nos termos do § 2º, do art. 4º, da Lei n. 14.133/2021.



**5.1.6** A falsidade nas declarações de que tratam os itens 5.1.4 e 5.1.5.1, ou qualquer outra firmada durante o certame, sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

**5.2** Não poderão participar deste certame, licitantes interessadas e enquadradas em qualquer das seguintes hipóteses:

**5.2.1** Impedidas de contratar no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/2021;

**5.2.2** Suspensas de participar de licitações e impedidos de contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ, nos termos do art.156, III, da Lei nº 14.133/2021;

**5.2.2.1** A suspensão prevista no item acima, aplica-se apenas no âmbito do Município de Cachoeiras de Macacu/RJ.

**5.2.3** Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

**5.2.4** Os impedimentos de que tratam os itens 5.2.1, 5.2.2 e 5.2.3 também serão aplicados às licitantes que atuem em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**5.2.4.1** Para aplicação do item anterior, será realizada a Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, momento em que o pregoeiro diligenciará a licitante para verificar a possibilidade de fraude à licitação, mediante a checagem dos vínculos societários da empresa, linhas de fornecimentos similares, dentre outras formas admitidas, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**5.2.5** Interessadas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**5.2.6** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**5.2.7** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**5.2.8** OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – Acórdão TCU n. 746/2014 – Plenário – TC 021.605/2012-2 e acórdão TCU n. 2.426/2020 – Plenário).

**5.2.9** Empresas que possuam registro de impedimento de contratação no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça.

**5.2.10** Empresas que possuam registros impeditivos de contratação, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no Portal da Transparência.



**5.2.11** Empresas cujo objeto social, expresso no estatuto ou contrato social, seja incompatível com o objeto desta licitação.

**5.2.12** Empresa em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

**5.2.12.1** A empresa em recuperação judicial poderá participar do certame desde que apresente plano de recuperação aprovado e homologado judicialmente, com a recuperação já deferida.

**5.2.12.2** A empresa em recuperação judicial que comprovar o disposto no item 5.2.12.1 deverá demonstrar os demais requisitos de habilitação.

**5.2.12.3** A regra é aplicável à empresa em recuperação extrajudicial, desde que preenchidos os requisitos dos itens 5.2.12.1 e 5.2.12.2.

## **VI – DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇO**

**6.1** Após a divulgação deste edital no sítio [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) as licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e do preço ofertado, com as características mínimas e quantidades estipuladas no termo de referência, até a data e hora marcadas para abertura da sessão quando, então, se encerrará a fase de recebimento de propostas.

**6.2** No campo destinado à descrição detalhada do objeto ofertado, a licitante deverá informar os dados complementares e singulares que o caracterizam, quando for o caso, não se admitindo a mera cópia do descritivo indicado no termo de referência, ficando a licitante sujeita a desclassificação.

**6.3** Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta.

**6.4** Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas no Anexo I – Termo de Referência.

**6.5** O prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias a contar da apresentação da proposta final (planilha readequada).

**6.6** Os preços deverão ser finais, acrescidos de todas as despesas e conter somente duas casas decimais, não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

**6.7** Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

**6.8** Na etapa de apresentação da proposta pela licitante não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de julgamento das propostas.

**6.9** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público, após o encerramento do envio de lances.

**6.10** Serão desclassificadas as propostas que permanecerem com preços acima do orçamento estimado para a contratação.

## **VII – DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**7.1** O sistema eletrônico dará início, automaticamente, à sessão pública na data e horário previstos na cláusula I deste edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas no prazo estipulado, as quais deverão guardar perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no instrumento convocatório.





**7.2** A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**7.3** A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada pelo sistema.

## **VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO DESEMPATE**

**8.1** No horário fixado para a abertura da sessão pública, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio eletrônico, o sistema informará às licitantes do recebimento do lance e o valor consignado no registro.

**8.2** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

**8.2.1** A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de **R\$ 50,00 (cinquenta)** reais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**8.2.1.1** Observada a condição do item anterior, a licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**8.2.1.2** O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

**8.2.1.3** Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o item anterior, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

**8.3** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

**8.4** No transcurso da sessão pública, o sistema prestará informação às licitantes, em tempo real, do lance de menor valor registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

**8.5** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para menos ou para mais.

**8.6** A etapa de lances seguirá o procedimento do modo de disputa, a qual será composta por uma etapa aberta.

**8.7** Nesse modo de disputa, a etapa aberta de envio de lances terá duração de 10 (dez) minutos.

**8.8** Encerrado o prazo disposto no item 8.7, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

**8.9** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente.

**8.10** Do desempate:

**8.10.1** Quando houver participação, nesta licitação, de microempresas ou empresas de pequeno porte, considerar-se-á empate quando a proposta dessas empresas for igual ou até 5% superior à proposta classificada em primeiro lugar. Nesse caso, e desde que a proposta classificada em primeiro lugar não tenha sido apresentada por



microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema eletrônico procederá da seguinte forma:

- a) classificação das propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação prevista neste item 8.10.1;
- b) convocação da microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou a menor proposta dentre as classificadas na forma da alínea “a” deste item para que, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresente uma última oferta, obrigatoriamente inferior à da primeira colocada, para o desempate, situação em que será classificada em primeiro lugar;
- c) não sendo apresentada proposta pela microempresa ou empresa de pequeno porte, na situação da alínea “b” deste item ou não ocorrendo a contratação, serão convocadas, na ordem e no mesmo prazo, as propostas remanescentes classificadas na forma da alínea “a” deste item, para o exercício do mesmo direito;
- d) caso a ME/EPP classificada em segundo lugar desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o sistema convocará as demais ME/EPP participantes na mesma condição, na ordem de classificação. Havendo êxito nesse procedimento, o sistema disponibilizará a nova classificação das licitantes para fins de aceitação;
- e) não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido as empresas que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, bem como das condições indicadas nos itens 5.1.5 e 5.1.6 deste edital;

**8.11** Não existindo ME/EPP participante e havendo igualdade de condições entre as participantes será utilizado como critério de desempate, o estabelecido no art. 60 da Lei n. 14.133/2021, situação em que o pregoeiro abrirá nova disputa ou indicará prazo para envio de documentação comprobatória.

**8.12** Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a empresa licitante desistente às penalidades previstas neste edital.

**8.13** Caso ocorra desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances e, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**8.14** Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão, na forma eletrônica, será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação às empresas participantes no sítio <https://www.licitanet.com.br>

## **IX – DA NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**9.1** Apurada a melhor oferta, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, para avaliar a sua aceitação quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

**9.2** O pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida uma melhor proposta, observando o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste edital.





**9.3** Havendo negociação ou não, a licitante terá o prazo mínimo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, prorrogável por igual período, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequados à negociação.

9.3.1 A prorrogação de que trata o item anterior, poderá ocorrer nas seguintes situações:

- a) por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou
- b) de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta.

**9.4** A apresentação das planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora, no mesmo prazo do item 9.3.

**9.5** Se a proposta não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

**9.6** O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, desde que satisfeitos todos os termos estabelecidos neste edital.

**9.7** No julgamento das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrando em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

**9.7.1** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, cuja ocorrência será registrada em ata.

**9.8** Encerrada a fase de julgamento, através do registro de aceitação da proposta pelo pregoeiro, o sistema abrirá prazo para manifestação de intenção de recurso, nos termos da cláusula XII – DOS RECURSOS, pelo prazo de 10 (dez) minutos ou conforme o prazo determinado durante a sessão.

## **X – DA HABILITAÇÃO**

**10.1** Encerrada a fase de julgamento e da intenção de recurso, o pregoeiro convocará a licitante para, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, prorrogáveis por igual período, apresentar a documentação de habilitação, conforme itens seguintes deste edital.

10.1.1 A prorrogação de que trata o item anterior, poderá ocorrer nas seguintes situações:

- a) por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou
- b) de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta.



**10.2** Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**10.2.1** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**10.2.2** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**10.3** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que são emitidos somente em nome da matriz.

**10.4** A documentação de habilitação deverá conter:

#### **Habilitação jurídica**

- a) cédula de identidade;
- b) registro comercial, no caso de empresário individual;
- c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;
- d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado da prova da diretoria em exercício;
- e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, se for o caso, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

#### **Regularidade fiscal, social e trabalhista**

- f) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF e comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda;
- g) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- h) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e emitida exclusivamente pelos sites destes órgãos, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n. 103, de 20 de dezembro de 2021, que alterou a Portaria Conjunta RFB/PGFN n. 1.751, de 2/10/2014;
- i) prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e/ou Municipal, se houver, do domicílio ou sede da licitante;
- j) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- k) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;



**10.5 Qualificação econômico-financeira:**

**10.5.1** Certidão Negativa de Falência e Recuperações Judiciais, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

**10.5.2** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios, já exigíveis e apresentados na forma da lei (inclusive o Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**10.5.2.1.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

**10.5.2.2.** Será admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;

**10.5.2.3.** As sociedades anônimas deverão apresentar balanço publicado em jornal de grande circulação ou em diário oficial e ata da assembleia geral ordinária que o aprovou (Lei nº 6.404 de 15/12/76 e alterações);

**10.5.3.** As demonstrações contábeis e o balanço patrimonial deverão estar acompanhados do Termos de Abertura e Encerramento dos Livros Diários dos exercícios apresentados, devidamente registrados na Junta Comercial ou no órgão competente, na forma da Lei.

**10.5.4.** Comprovação da boa situação financeira dos 02 (dois) últimos exercícios da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = \_\_\_\_\_

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = \_\_\_\_\_

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante



Ativo Circulante

LC = \_\_\_\_\_

Passivo Circulante

**10.5.5.** Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável à Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo.

**10.5.6.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação (capital mínimo) OU (patrimônio líquido mínimo) de 9% (até 10%) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

**10.5.7.** O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

#### **10.6 Declarações exigidas:**

- a) declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal/1988, e art. 68, inciso VI, da Lei Federal nº. 14.133/2021;
- b) declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº. 14.133/2021;
- c) declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do §1º do art. 63 da Lei n. 14.333/2021;
- d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto da licitação;

**10.6.1** As declarações elencadas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” deverão ser formalizadas em campo próprio no sistema <https://www.licitanet.com.br>.

#### **10.7 Qualificação técnica:**

**10.7.1** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**10.7.2.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela



Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**10.7.3.** Alvará Sanitário ou licença equivalente emitido por autoridade competente.

**10.8** O descumprimento das exigências contidas na habilitação determinará a inabilitação da licitante.

**10.9** As ME/EPP deverão apresentar toda a documentação arrolada nesta cláusula, ainda que apresentem alguma restrição.

**10.9.1** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**10.9.1.1** O prazo de que trata o subitem 10.10.1 poderá ser prorrogado, por igual prazo, a critério da Administração, nos termos do Decreto n. 8.538, de 6 de outubro de 2015.

**10.9.2** A não regularização da documentação, no prazo previsto nos subitens 10.9.1 e 10.9.1.1 desta cláusula, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da sanção prevista neste edital e em lei, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a formalização da avença, ou revogar a licitação.

**10.10** Sempre que julgar necessário, o pregoeiro poderá solicitar a apresentação de originais dos documentos exigidos da licitante.

**10.11** Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos comprovantes exigidos neste edital.

**10.12** No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

**10.12.1** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 10.13, a sessão pública somente poderá ser reiniciada, mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, cuja ocorrência será registrada em ata.

**10.12.2** O pregoeiro, para comprovar a regularidade da licitante, quando necessário, poderá consultar documentos que estejam disponíveis nos sistemas informatizados.

**10.13** Verificado o desatendimento de quaisquer dos requisitos de habilitação, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias por parte da licitante classificada subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda às exigências do edital.

**10.14** A inabilitação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**10.15** Constatado o atendimento aos requisitos habilitatórios, o pregoeiro habilitará e declarará vencedora do certame a licitante correspondente.



**10.16** Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem 10.12.

**10.17** Após o pregoeiro registrar a habilitação ou inabilitação, o sistema abrirá prazo para manifestação de intenção de recurso, nos termos da cláusula XII – DOS RECURSOS, pelo prazo de 10 (dez) minutos.

**10.18** A documentação física, caso solicitada, deverá ser encaminhada em cópias autenticadas, juntamente com a proposta final também original, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, no seguinte endereço: Rua: Oswaldo Aranha, nº 06, Centro, CEP: 28681-335, Cachoeiras de Macacu/RJ. Aos cuidados do pregoeiro responsável. O envelope contendo os documentos deve estar lacrado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano do Pregão Eletrônico.

## **XI – DA PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇO**

**11.1** A licitante vencedora deverá enviar a proposta definitiva de preço, por meio do link “Enviar anexo/planilha atualizada”, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, sob pena de ser considerada desistente, sujeitando-se às sanções previstas na cláusula XV (Das Penalidades) deste edital.

**11.2** Para garantir a integridade da documentação e da proposta, recomenda-se que contenham índice e folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca da licitante.

**11.3** A proposta de preços deverá ser redigida em Língua Portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e nela deverão constar:

**11.3.1** Razão social da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone, correio eletrônico para contato e recebimento/aceite da nota de empenho, banco, agência, praça de pagamento e conta corrente, assinatura e nome legível do representante legal da empresa responsável pela proposta.

**11.3.2** O endereço e o CNPJ informados deverão ser do estabelecimento que de fato emitirá a nota fiscal/fatura.

**11.3.3** A descrição de forma clara e detalhada do objeto, abrangendo, no mínimo, as características do objeto licitado.

**11.3.4** Preço unitário e total (com tributos, insumos e demais encargos da contratação), com exibição do valor em algarismos e por extenso, com duas casas decimais, conforme o lance final.

## **XII – DOS RECURSOS**

**12.1** A intenção de recurso ocorrerá em dois momentos, sendo:

- a) de forma imediata após o término do julgamento das propostas, consoante disposto na cláusula IX deste edital;
- b) de forma imediata após a declaração de habilitação e/ou inabilitação, consoante disposto na cláusula X desse edital.

**12.2** Qualquer licitante poderá manifestar motivadamente, dentro do prazo de 10 (dez) minutos, a intenção de recorrer durante a sessão pública, em campo próprio no sistema eletrônico, conforme indicado nas alíneas “a” e “b” do item 12.1.





**12.3** A falta de manifestação imediata e motivada das licitantes implicará decadência do direito de recurso.

**12.4** As razões de recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas, se desejarem, a apresentar contrarrazões em igual prazo, também via sistema, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata (pelo sistema) dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

**12.5** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**12.6** Encerradas as fases de julgamento e de habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, em atenção ao disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **XIII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**13.1** A despesa decorrente desta licitação está estimada no valor total de **R\$ 85.667,60 (oitenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos)** conforme estimado em pesquisa do Departamento de Compras Governamentais.

#### **13.1.1 Natureza de Despesa:**

ÓRGÃO	UNIDADE	RÚBRICA	FONTE	ORIGEM DA FONTE
30.000	30.031	3.3.90.39.00.00.00.00	1.802.0000	Recursos vinculados ao RPPS

**13.2** Em razão das limitações sistêmicas do [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), ao cadastrar sua proposta neste, a licitante deve prever o valor integral para 1 (um) ano e o quantitativo para esse período. No envio da proposta ajustada, deverá contemplar os quantitativos, os valores unitários e totais para o período de 1 (um) ano, que corresponde à vigência da contratação.

### **XIV – DO PAGAMENTO**

**14.1** O pagamento será efetuado por ordem bancária, no prazo definido no contrato, após o atesto firmado por funcionários da nota fiscal/fatura, cujo documento deverá estar em conformidade com as condições estabelecidas.

**14.1.1** As notas fiscais deverão ser emitidas eletronicamente e devidamente protocoladas no setor próprio do INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE CACHOEIRAS DE MACACU - IAPCM.

### **XV – DAS PENALIDADES**

**15.1** A licitante, em caso de descumprimento às regras deste edital, e observado o regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei, ficará sujeita às seguintes penalidades:

15.1.1) multa compensatória:



- a) 5%, calculada sobre o valor adjudicado, em caso de não regularização da documentação exigida para ME/ EPP, nos prazos previstos na Cláusula X;
- b) 15%, calculada sobre o valor homologado, em caso da não apresentação da garantia, na opção da modalidade de seguro-garantia, se houver, nos termos do §3º do art. 96 da Lei n. 14.133/21.
- c) 15% calculada sobre o valor homologado, em caso de não assinatura do instrumento contratual, se houver ou não confirmação do recebimento da nota de empenho.

**15.1.2** impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais, aquele que:

- a) deixar de entregar documentação exigida para o certame: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 2 (dois) meses;
- b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ, pelo período de 4 (quatro) meses;
- c) não assinar a ata ou não entregar documentação exigida para a contratação, quando convocado: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 4 (quatro) meses;
- d) fizer declaração falsa ou entregar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

**15.1.3** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais, aquele que:

- a) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;
- b) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses;
- c) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses.

**15.1.4** As multas previstas no item 15.1.1 poderão cumular-se com as penalidades previstas nos itens 15.1.2 e 15.1.3 deste capítulo.

**15.2** É admitida a reabilitação da licitante perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa, se houver;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso



de declaração de inidoneidade;  
d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo, quando houver;  
e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste edital ou no ato punitivo.

**15.3** A sanção por apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame e a sanção por praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá como condição de reabilitação do licitante, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**15.4** A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta cláusula levará em consideração os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, ficando a cargo do **INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE CACHOEIRAS DE MACACU – IAPCM** decidir sobre a mais adequada ao caso concreto.

**15.5** A aplicação das sanções previstas nesta cláusula será realizada mediante processo administrativo específico, por meio de comunicação à licitante da penalidade, sendo assegurado, em todos os casos, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**15.6** Fica assegurado à licitante o uso dos recursos previstos em lei.

**15.7** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**15.7.1** Os efeitos da desconsideração da personalidade jurídica alcançam não apenas os sócios de direito, mas também os sócios ocultos que exerçam de fato a gerência da pessoa jurídica" (TCU, Acórdão 229/2023 - Plenário).

**15.8** As penalidades previstas nesta cláusula referem-se ao descumprimento do certame licitatório, ficando as penalidades pelo descumprimento contratual previstas na minuta do contrato, anexo a este edital.

## **XVI – DA CONTRATAÇÃO**

**16.1** Homologada a licitação, a **INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE CACHOEIRAS DE MACACU – IAPCM**, poderá convocar a licitante vencedora, durante a validade de sua proposta, para a devida assinatura do instrumento contratual que se dará em até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e na Lei 14.133/21.

**16.1.1** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração. }

**16.2** É facultado à Administração, quando a adjudicatária não assinar o contrato ou não retirar a Nota de Empenho, no prazo e nas condições estabelecidos, convocar outra licitante, obedecida a ordem de classificação, para assiná-lo ou retirá-lo, após comprovados os requisitos de habilitação, feita a negociação e aceita a proposta.

**16.3** Caso nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a



Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

- a) convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação,
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**16.4** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

**16.4.1** A regra do item 16.4 não se aplicará às licitantes remanescentes convocados na forma do item 16.2.

**16.5** Por ocasião da assinatura do instrumento contratual ou retirada da Nota de Empenho, verificar-se-á, por meio do SICAF ou de outros meios, se a adjudicatária mantém as condições de habilitação.

**16.6** A **INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE CACHOEIRAS DE MACACU – IAPCM** poderá requerer, no momento da assinatura do contrato, a documentação pessoal (RG e CPF) e a que confere poderes para a formalização do instrumento contratual.

**16.7** A critério da **INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE CACHOEIRAS DE MACACU – IAPCM**, a assinatura do contrato poderá ocorrer de forma manual.

## **XVII - DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO**

**17.1** Fica vedada a subcontratação no fornecimento objeto do presente, na forma do artigo 122, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **XVIII - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**18.1** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **XIX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**19.1** Estabelece-se que a simples apresentação de proposta pelas licitantes implicará a aceitação de todas as disposições deste edital.

**19.2** Assegura-se a este Município o direito de:

**19.2.1** Promover, em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, fixando as licitantes, prazos para atendimento, vedada a inclusão posterior de informação que deveria constar originalmente da proposta.

**19.2.2** Caso entenda necessário, examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde



logo, a data e horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico;

**19.2.2.1** A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, cuja ocorrência será registrada em ata.

**19.2.3** Revogar esta licitação por razões de interesse público (art. 71, inciso II, da Lei n. 14.133/2021), decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado.

**19.2.4** Adiar a data da sessão pública.

**19.3** O pregoeiro ou a autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

**19.4** As empresas licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório.

**19.5** O desatendimento às exigências formais e não essenciais, não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública do pregão.

**19.6** As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.

**19.7** Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

**19.8** Os documentos originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas para Mulheres.

**19.9** O edital estará à disposição dos interessados, em meio digital, nos endereços eletrônicos

[www.pncp.gov.br](http://www.pncp.gov.br);

[https://transparencia.betha.cloud/#/VZlCw3tEQSz63QIK2HkQw==\\*/consulta/31197](https://transparencia.betha.cloud/#/VZlCw3tEQSz63QIK2HkQw==*/consulta/31197).

<https://www.licitanet.com.br>

Cachoeiras de Macacu/RJ, 14 de maio de 2026.

---

*Fábio Luciano Amaral Pereira*  
Diretor Presidente do IAPCM



**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0417/2025**

**ÓRGÃO REQUISITANTE: IAPCM – INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES  
DE CACHOEIRAS DE MACACU**

**1. DO OBJETO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso I)**

**1.1** – *O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de **solução tecnológica integrada em modelo SaaS (Software as a Service)**, destinada à gestão previdenciária do Instituto de Assistência e Previdência dos Servidores Públicos Municipais, contemplando:*

- *licenciamento de uso do software;*
- *implantação e configuração dos módulos contratados;*
- *migração e conversão de dados;*
- *treinamento e capacitação dos usuários;*
- *suporte técnico especializado;*
- *manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva;*
- *atualizações legais e tecnológicas durante toda a vigência contratual.*

**1.2 – Especificação do Objeto:**

**1.2.1** - Os materiais deverão ser **novos, de primeira linha, devidamente padronizados** e atender às normas técnicas aplicáveis.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANT	UNID
1	<i>O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de <b>solução tecnológica integrada em modelo SaaS (Software as a Service)</b>, destinada à gestão previdenciária do Instituto de Assistência e Previdência dos Servidores Públicos Municipais, contemplando:</i> <ul style="list-style-type: none"><li>• <i>licenciamento de uso do software;</i></li><li>• <i>implantação e configuração dos módulos contratados;</i></li><li>• <i>migração e conversão de dados;</i></li><li>• <i>treinamento e capacitação dos usuários;</i></li><li>• <i>suporte técnico especializado;</i></li><li>• <i>manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva;</i></li><li>• <i>atualizações legais e tecnológicas durante toda a vigência contratual.</i></li></ul>	12	meses





2	Serviços de Instalação, Diagnósticos, Migração de Dados, Implantação, Customização de Rotinas e Melhorias e Treinamento aos Usuários.	und.	01
---	---	------	----

### 1.3 – Prova de Conceito:

1.3.1 - A Prova de Conceito (“*proof of concept*” – “PoC”) é uma ferramenta que tem sido usada com frequência em processos de licitação. Permite avaliar se o objeto ofertado pelo licitante atende às especificações técnicas definidas no edital, no projeto básico ou no termo de referência.

1.3.2 - Trata-se de etapa do certame em que se aplica determinada metodologia, previamente regradada no edital, a fim de que seja verificado se a proposta do licitante classificado em primeiro lugar contempla todos os requisitos necessários à satisfação da necessidade pública atrelada à contratação.

1.3.3 - A PoC tem sido empregada sobretudo em licitações para prestação de serviços – especialmente quando vinculados à área de Tecnologia da Informação (TI). Assemelha-se à exigência de fornecimento de amostras, usual em licitações para aquisição de bens.

1.3.4 - Antes mesmo da incorporação da PoC à lei geral de licitações – que sobreveio apenas com a Lei 14.133/21 –, o TCU já consagrava o entendimento de que não haveria óbice à adoção de tal medida como “*mais uma forma de garantir que o serviço a ser adquirido atenda plenamente*” às expectativas da Administração.

1.3.5 – A critério do IAPCM, a demonstração pode ser dividida em módulos, possibilitando a realização de duas ou mais demonstrações para grupos técnicos especializados em cada módulo e área de atuação.

**1.3.6 - A LICITANTE deverá atender de imediato na PROVA DE CONCEITO TODAS as FUNCIONALIDADES TECNOLÓGICAS COMUM AOS SISTEMAS CONTRATADOS e até 95% (noventa por cento) FUNCIONALIDADES ESPECÍFICAS POR MÓDULO.**

1.3.7 – O IAPCM, oferecerá equipamento conectado à Internet para que haja a execução da prova de conceito. Não será permitido ao licitante a instalação de quaisquer programas, executáveis, dentre outros recursos tecnológicos para apoiar as atividades.



1.3.8 – Tendo em vista a quantidade de itens a serem demonstrados, deverá a empresa proponente demonstrar cada item em no máximo 5 (cinco) minutos. Será considerado demonstrado o item que for devidamente executado junto ao sistema, não sendo permitido exibição de recortes, telas ou campos a serem executados. Se o sistema não atender os 95% estabelecido em algum módulo a Licitante será desclassificada. Nesse caso, a segunda colocada será convocada para apresentação, seguindo-se esse processo, se necessário.

1.3.9 - Durante a demonstração, caso fique constatado pela comissão de avaliação, que a empresa licitante não atende ao item demonstrado, fica automaticamente desclassificada, não tendo a necessidade de demonstrar os demais itens, assegurando o direito de recurso, caso a licitante tenha interesse, conforme a lei. A comissão de avaliação detém plena autoridade nas decisões técnicas tomadas.

1.3.10 - Poderão participar, durante toda a realização da Prova de Conceito até 02 (dois) representantes credenciados por módulo a ser demonstrado da licitante em avaliação; 01 (um) representante credenciado para cada um dos demais licitantes; representantes da Comissão Técnica de Avaliação, que será devidamente composta pelos seguintes membros:

➔ João Fernando Netto Cardinot – matrícula nº 25006

➔ Thamirys Cardoso Gomes Cordeiro – Matrícula nº 25012

1.3.11 - A licitante em avaliação terá um prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil seguinte à convocação pelo pregoeiro, para preparar a amostra do produto em plenas condições operacionais, contendo todas as informações necessárias, de acordo com os requisitos definidos pela CONTRATANTE.

1.3.12 No primeiro dia útil subsequente à finalização do prazo fixado no item anterior, a licitante em avaliação deverá se apresentar à Comissão Técnica de Avaliação para a demonstração do sistema. A sessão da Prova de Conceito será iniciada no mesmo dia. Se a licitante classificada em primeiro lugar não comparecer na sessão da Prova de Conceito, a mesma será desclassificada e será aberto o prazo para a convocação da segunda colocada e assim sucessivamente.

1.3.13 - Declarada aberta a sessão, estando presente no mínimo a licitante em avaliação, com seus representantes credenciados e de posse da apresentação do sistema e os representantes da Comissão de avaliação, os trabalhos serão iniciados.



1.3.14 - Durante a Prova de Conceito, somente representantes da Comissão Técnica de Avaliação e o representante da empresa avaliada poderão se manifestar, com questionamentos sobre os requisitos constantes no Termo de Referência e sobre o cumprimento dos requisitos licitatórios, respectivamente.

1.3.14.1 - No que tange aos demais representantes, os mesmos deverão se manifestar em sede de recurso.

1.3.15 - Após análise da demonstração do sistema, a Comissão de Avaliação terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para expedir parecer conclusivo quanto a referida apresentação, o qual fará parte integrante da qualificação técnica e da decisão a ser proferida pela pregoeira.

## **1.4 – Requisitos Técnicos**

### **1.4.1 - Licenciamento de Uso:**

1.4.1.1 - O modelo de licenciamento de software no formato de serviço, conhecido como Software as a Service (SaaS), possibilita que a aplicação seja acessada remotamente via internet, diretamente pelo provedor, mediante pagamento recorrente ou assinatura.

1.4.1.2 - Com consolidação desse modelo, o IAPCM ficará isenta da gestão da infraestrutura necessária para a operacionalização do software, como servidores, bancos de dados e manutenção do ambiente de hospedagem. Essas responsabilidades serão integralmente assumidas pela CONTRATADA, cabendo à CONTRATANTE apenas a fiscalização do contrato.

1.4.1.3 - A contratação incluirá a manutenção corretiva e evolutiva do software. A manutenção corretiva abrangerá a identificação e solução de falhas que comprometam a operacionalidade do sistema, sendo executada em resposta a incidentes reportados durante seu uso. Já a manutenção evolutiva englobará melhorias, expansões e adição de novas funcionalidades, garantindo sua adequação contínua às demandas dos usuários e às normativas vigentes. Esse processo incluirá a análise de novos requisitos, planejamento e implementação de modificações, integração de novos módulos, otimização de desempenho e atualização tecnológica.



#### **1.4.2 - Suporte Técnico:**

1.4.1.1 - O suporte técnico será prestado por uma equipe especializada, dedicada a atender às solicitações dos usuários, fornecendo assistência para solução de problemas técnicos, esclarecimento de dúvidas e orientações quanto ao uso adequado dos sistemas.

1.4.1.2 - O suporte será disponibilizado por meio de diversos canais, como telefone, chat online e sistema de tickets, assegurando rapidez no atendimento. A equipe será responsável pelo diagnóstico e resolução de falhas, configuração de sistemas, fornecimento de instruções detalhadas e suporte contínuo aos usuários.

1.4.1.3 - A CONTRATADA deverá prover suporte técnico remoto de segunda a sexta-feira, das 08h30 às 17h30.

#### **1.4.3 - Conversão de Todas as Bases de Dados:**

1.4.3.1 - O serviço de conversão de dados consiste no processo de transformação e adaptação de informações entre diferentes formatos ou estruturas, visando à compatibilidade, integração ou migração entre sistemas distintos.

1.4.3.2 - A conversão deverá ser concluída em até 90 (noventa) dias e compreenderá as seguintes etapas:

- Análise dos dados de origem: Levantamento e compreensão da estrutura, formato e regras de negócio aplicáveis aos dados a serem convertidos.
- Mapeamento de dados: Definição das correspondências entre os dados de origem e destino, estabelecendo os critérios para sua conversão.
- Transformação de dados: Conversão dos dados conforme as regras previamente estabelecidas, podendo incluir alteração de tipos, aplicação de fórmulas e ajustes de códigos.
- Validação e verificação: Testes e revisões para assegurar a integridade e precisão dos dados convertidos, prevenindo perdas ou corrupção.
- Migração dos dados: Importação e carregamento dos dados no sistema de destino, garantindo sua integração adequada.



### **1.5 - Implantação:**

1.5.1 - A implantação do sistema consiste na instalação, configuração, testes e disponibilização do software em um ambiente operacional adequado para sua utilização.

1.5.2 - O processo deverá ser concluído em até 120 (cento e vinte) dias e compreenderá as seguintes fases:

- Planejamento: Definição de metas, levantamento de necessidades e elaboração do cronograma.
- Configuração e personalização: Ajuste do sistema às necessidades da organização, incluindo criação de usuários, permissões e fluxos de trabalho.
- Testes e validação: Realização de testes de funcionalidade, segurança e integração para assegurar a conformidade com os requisitos.

### **1.6 - Treinamento:**

1.6.1 - As capacitações serão conduzidas em turmas de até 10 (dez) servidores do IAPCM, com carga horária mínima de 8 (oito) horas. O conteúdo programático abordará a utilização dos sistemas e procedimentos de segurança, como armazenamento de dados e controle de acesso.

1.6.2 - Caberá à CONTRATANTE fornecer mobiliário e equipamentos necessários. Os Custos com instrutores, deslocamento e hospedagem serão de responsabilidade da CONTRATADA.

1.6.3 - Os treinamentos ocorrerão em turnos matutino (08h00 às 12h00) e vespertino (14h00 às 18h00).

1.6.4 - Todo material didático será fornecido pela CONTRATADA, com certificados para participantes com presença superior a 70%.

1.6.5 - A CONTRATANTE poderá avaliar e solicitar reforços sem custos adicionais caso o treinamento seja considerado insuficiente.

### **1.7 - Funcionalidades Tecnológicas comum aos sistemas contratados:**

1.7.1 - A solução deve ser concebida em linguagem nativa para a web. Não será autorizada a utilização de quaisquer recursos tecnológicos, tais como: runtimes,



plugins, virtualização ou acesso remoto à área de trabalho para o uso da aplicação, exceto quando houver necessidade de softwares intermediários para acesso a outros dispositivos como leitor biométrico, impressoras, certificados digitais ou por questões de segurança da aplicação web.

1.7.2 - Os sistemas devem ser altamente adaptáveis, dispondo de ferramenta de scripts que proporcionem aos usuários autonomia na elaboração de relatórios personalizados e na customização dos sistemas, conforme as necessidades do IAPCM, sem intervenção da Contratada.

1.7.3 - Deve possuir firewall de borda com técnicas redundantes para evitar invasão por vulnerabilidades nos protocolos TCP/IP.

1.7.4 - Deve executar análise do tráfego para impedir ataques do tipo SQL Injection e Negativação de Serviço, sendo essa análise realizada na camada de aplicação.

1.7.5 - Todos os sistemas devem empregar protocolo HTTPS para navegação na internet, assegurando a proteção das informações transmitidas através de criptografia.

1.7.6 - A solução deve ser estruturada em módulos e sistemas que garantam a integração e a unificação das informações. Deve ser possível ao usuário optar pela não integração entre cadastros mediante simples parâmetro no sistema, permitindo ao administrador do sistema indicar os usuários que poderão decidir sobre a integração entre os sistemas pendentes.

1.7.7 - O sistema deverá ser acessível e compatível, no mínimo, com os principais navegadores do mercado, como Firefox, Chrome e Safari, além de operarem nos ambientes Windows, Linux e MAC OS.

1.7.8 - Deve permitir ao usuário, sem intervenção da Contratante, criar campos personalizados dentro dos cadastros dos sistemas, conforme sua necessidade.

1.7.9 - Deve possibilitar integração com outros sistemas abrangidos na mesma licitação, utilizando Interface de Programação de Aplicativos (API) do tipo REST, a ser disponibilizada pela Contratante, ou oferecer recursos de extração de dados por meio de webservices, acessíveis diretamente pelo usuário, sem custos adicionais para o Contratante.

1.7.10 - A solução deve oferecer capacidade de integração com outros bancos de dados, permitindo a geração de relatórios por meio de webservices que combinem dados de bancos de terceiros com os dados da própria solução.





- 1.7.11 - Deve ser capaz de exportar informações via fonte de dados para que outros sistemas possam criar bancos de dados.
- 1.7.12 - Os sistemas devem incluir controle de acesso por meio de senhas, abrangendo permissões de acesso por usuário e por grupos, com definição de permissões para alteração, inclusão, exclusão e outras operações da aplicação, como estorno, cancelamento, cálculo e desativação, dentro de cada módulo individualmente.
- 1.7.13 - Deve permitir a alternância entre sistemas e entidades sem necessidade de um novo login, garantindo que, ao trocar de entidade, o usuário seja automaticamente direcionado para o mesmo exercício.
- 1.7.14 - Deve dispor de gerenciamento de relatórios, permitindo ao usuário final criar novos relatórios a partir de um modelo existente, mantendo o modelo original inalterado, com a opção de torná-los públicos (acessíveis a todos os usuários) ou restritos (acessíveis apenas ao criador).
- 1.7.15 - Os relatórios devem poder ser executados em segundo plano, permitindo ao usuário continuar suas atividades enquanto aguarda a geração do relatório, recebendo notificação em tela assim que estiver pronto ou sendo aberto automaticamente.
- 1.7.16 - Deve possibilitar a distribuição de relatórios para outras entidades ou sistemas, permitindo definir as permissões de acesso e a atualização dos relatórios compartilhados.
- 1.7.17 - Deve permitir a inserção de elementos visuais nos relatórios, como textos, imagens, linhas, retângulos, círculos, códigos de barras, QR codes e gráficos.
- 1.7.18 - Possibilitar a assinatura digital de documentos nos formatos PDF, XML e TXT.
- 1.7.19 - Deve permitir assinaturas digitais com certificados armazenados localmente ou em repositórios, sejam nos modelos e-CPF, A1 ou A3.
- 1.7.20 - O cidadão deve poder assinar documentos digitalmente diretamente pela aplicação, sem necessidade de sistemas auxiliares, salvo para acesso ao dispositivo de leitura do certificado digital.
- 1.7.21 - Possibilitar que um documento seja assinado digitalmente e, após a assinatura, encaminhado a outro usuário, que será notificado no próprio sistema sobre a pendência de assinatura.
- 1.7.22 - Deve possuir armazenamento de certificados digitais do tipo A1 em nuvem, utilizando hardware inviolável do tipo HSM, permitindo ao usuário realizar



assinaturas digitais com segurança a partir de qualquer dispositivo, sem necessidade de token físico.

1.7.23 - Nos principais registros dos sistemas, a auditoria deve estar acessível ao usuário ao executar uma modificação ou ao consultar alterações. O sistema deve exibir uma linha do tempo diretamente no cadastro, sem necessidade de abrir novas telas, mostrando o histórico de modificações.

1.7.24 - Ao visualizar os registros de auditoria, devem ser apresentados os novos dados para inserções, os dados modificados juntamente com os anteriores para edições, e os dados prévios para exclusões.

1.7.25 A solução deve contar com uma fonte de dados que viabilize a criação de scripts com o uso integrado e coerente de soluções Google Forms, permitindo a expansão significativa da utilização da plataforma.

1.7.26 Os sistemas devem oferecer "ajuda online" para esclarecimento de dúvidas sem necessidade de abertura de um chamado técnico, acessível diretamente nos próprios sistemas.

1.7.27 Possibilitar a configuração dos acessos ao sistema, restringindo por endereço de IP, permitindo a seleção de um intervalo de IPs, por máscara de sub-rede ou CIDR.

1.7.28 Para atender às diretrizes estabelecidas pela LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), os sistemas devem possuir, no mínimo, os seguintes recursos:

1.7.28.1 - Devem permitir acesso exclusivo a usuários devidamente cadastrados, mediante autenticação por login e senha.

1.7.28.2 - Qualquer modificação efetuada nos cadastros deve ser registrada em auditoria, garantindo sua rastreabilidade.

1.7.28.3 - Possibilitar que o cidadão solicite, por meio de protocolo digital, um relatório detalhando as alterações realizadas em seus dados pessoais.

1.7.28.4 - Permitir a definição, no Portal da Transparência, do Encarregado de Dados (DPO), incluindo as informações necessárias para contato.

1.7.29 Disponibilizar ampla capacidade de configuração para a geração de relatórios personalizados e adaptação dos sistemas.

1.7.30 Possibilitar que o usuário crie um relatório (salvar como/copiar) a partir de um modelo existente, mantendo o original inalterado e permitindo definir se será público ou restrito.



- 1.7.31 Permitir a visualização de todos os relatórios criados, marcar favoritos e acessar relatórios flexíveis.
- 1.7.32 Possibilitar a visualização de todos os relatórios vinculados a uma determinada categoria ou etiqueta.
- 1.7.33 Viabilizar a exportação e importação de relatórios personalizados.
- 1.7.34 Permitir duplicar relatórios, com a opção de modificar imediatamente título, descrição e tags.
- 1.7.35 Possibilitar a edição das propriedades, parâmetros, metadados e arquivos de layout de um relatório.
- 1.7.36 Autorizar o download e a geração de dados pré-visualizados de um relatório para desenvolvimento local.
- 1.7.37 Permitir ajustes na configuração da fonte de dados de um relatório, além da edição de título, descrição e categoria.
- 1.7.38 Possibilitar a inclusão de um ou mais parâmetros, definindo nome, tipo de dado e valor padrão, com opção de edição posterior.
- 1.7.39 Permitir a personalização do layout do formulário de parâmetros de um relatório, ajustando cada item e seu tamanho.
- 1.7.40 Viabilizar a distribuição de novos relatórios para entidades e sistemas, determinando inclusive as permissões dos usuários, além da atualização de relatórios já compartilhados.
- 1.7.41 Permitir adicionar uma fonte de dados para alimentar a execução de um relatório.
- 1.7.42 Viabilizar a exportação de relatórios nos formatos PDF, DOC, XLS, XML, ODS, ODT, CSV, TXT e HTML.
- 1.7.43 Possibilitar o agendamento de execução de relatórios, com parâmetros, quantidade de execuções realizadas, notificações e resumo.
- 1.7.44 Permitir salvar os parâmetros preenchidos para facilitar futuras execuções.
- 1.7.45 Autorizar a visualização das últimas execuções de relatórios, permitindo acesso ao resultado sem necessidade de nova execução.
- 1.7.46 Possibilitar o cancelamento de uma execução de relatório em andamento.
- 1.7.47 Permitir executar um relatório em uma entidade diferente da entidade atual.
- 1.7.48 Viabilizar o envio de relatórios para assinatura por e-mail ou para arquivamento.



- 1.7.49 Permitir visualizar eventos na consulta de relatórios para análise de desempenho.
- 1.7.50 Possibilitar a consulta de detalhes da execução de um relatório, como status, data/hora, duração e versão.
- 1.7.51 Permitir pesquisar a execução de um relatório pelo número de protocolo.
- 1.7.52 Disponibilizar informações técnicas da execução de um relatório, como métricas, consumo de memória e tempo de resposta de chamadas externas.
- 1.7.53 Viabilizar a consulta ao histórico de atualizações de um relatório.
- 1.7.54 Permitir visualizar o desempenho da execução de um relatório utilizando indicadores de performance.
- 1.7.55 Possibilitar a customização de rotinas nos sistemas disponíveis, com integração.
- 1.7.56 Autorizar a cópia e edição de personalizações de rotinas compartilhadas com outros usuários.
- 1.7.57 Permitir visualizar todas as personalizações realizadas em artefatos dos sistemas, incluindo aqueles em edição, flexíveis para a entidade, e permitir marcá-los como favoritos.
- 1.7.58 Viabilizar a pesquisa e filtragem de artefatos personalizados por nome, tipo, categoria ou etiquetas personalizadas.
- 1.7.59 Permitir configurar variáveis de ambiente para uso em um ou mais artefatos personalizados.
- 1.7.60 Disponibilizar um ambiente de desenvolvimento de artefatos personalizados, com recursos de validação, testes e monitoramento de logs.
- 1.7.61 Possibilitar a visualização de erros sintáticos e estruturais ao executar ou publicar um artefato personalizado.
- 1.7.62 Viabilizar a criação de parâmetros para interação com artefatos personalizados.
- 1.7.63 Permitir o agendamento de execução de artefatos personalizados, com parâmetros, quantidade de execuções realizadas, notificações e resumo.
- 1.7.64 Viabilizar a interação de artefatos personalizados com dados de um sistema via API, possibilitando consulta, inclusão, alteração ou exclusão de registros.
- 1.7.65 Permitir que artefatos acessem serviços externos via HTTP.
- 1.7.66 Disponibilizar o monitoramento em tempo real das execuções de artefatos personalizados.



- 1.7.67 Viabilizar a visualização da performance de um artefato personalizado com indicadores e métricas de desempenho.
- 1.7.68 Permitir a criação de fontes de dados personalizadas para uso em artefatos personalizados.
- 1.7.69 Viabilizar a criação de validações personalizadas para registros dos sistemas, definindo critérios para análise dos dados.
- 1.7.70 Possibilitar a análise dos dados registrados ao serem inseridos, atualizados ou excluídos.
- 1.7.71 Permitir ativar ou desativar uma validação personalizada de um cadastro.
- 1.7.72 Viabilizar a personalização de campos existentes nos registros dos sistemas.
- 1.7.73 Permitir a visualização das personalizações de campos cadastradas.
- 1.7.74 Possibilitar a importação e exportação de personalizações de registros entre entidades.
- 1.7.75 Autorizar a edição e exclusão de configurações de campos adicionais em um cadastro.
- 1.7.76 Exportar os valores de campos personalizados em arquivos JSON individuais para cada configuração existente.
- 1.7.77 Permitir visualizar e restaurar campos removidos em um cadastro de campos adicionais.
- 1.7.78 Viabilizar a criação de campos adicionais em cadastros existentes com formatos numéricos, alfanuméricos, datas e tabelas, incluindo regras de obrigatoriedade e formatação.
- 1.7.79 Permitir agrupar visualmente os campos em uma configuração adicional.
- 1.7.80 Viabilizar a referência a campos adicionais de uma configuração por nome ou apelidos nas extensões utilizadas.
- 1.7.81 Permitir integração com sistemas externos via API Rest.
- 1.7.82 Controlar quais recursos cada sistema externo pode acessar, gerando credenciais para cada integração.



## **2. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:**

**2.1** - De acordo com o Art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, o objeto trata-se de bens e serviços comuns, cujo padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

**2.2** - Em que pese o conceito seja aberto quanto ao que seja comum, ao analisarmos a especificação dos serviços demandados verificamos que estes:

- são passíveis de padronização por critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente;
- possuem especificações usuais de mercado;
- e possuem disponibilidade no mercado.

**2.3** - Logo, os serviços a serem realizados classificam-se como sendo serviços comuns.

## **3. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso II)**

**3.1** – O Instituto de Aposentadoria e Pensões de Cachoeiras de Macacu/RJ (IAPCM), responsável pela gestão previdenciária dos servidores públicos, necessita de solução tecnológica especializada para garantir a adequada administração de seus benefícios, segurados e obrigações legais.

**3.2** - Atualmente, a gestão previdenciária demanda o processamento seguro e ágil de dados referentes ao cadastro de segurados, concessão, revisão e manutenção de aposentadorias e pensões, cálculo de proventos, geração de relatórios contábeis, atuariais e gerenciais, bem como integração com sistemas de controle interno e órgãos de fiscalização.

**3.3** - A contratação de empresa especializada em serviços de implantação, manutenção e suporte em software previdenciário mostra-se imprescindível para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços previdenciários, atendendo aos princípios da legalidade, da eficiência, da economicidade e da transparência, previstos na Lei nº 14.133/2021.

## **4. DAS JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso IV)**





**4.1** - O parcelamento mostrou-se inadequado para o objeto em questão, visto sua particularidade. Dessa forma, a não afetar a integridade do objeto pretendido ou comprometer a sua perfeita execução, afasta-se o caráter de parcelamento uma vez que a prestação deste serviço deve ser licitada de forma única, visando à padronização e o menor preço individual, portanto, a contratação deve ser realizada de forma única com prazo de vigência estimada por meio contratual.

## **5. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso V)**

**5.1** - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso VI)**

**6.1** – A solução tecnológica previdenciária proposta contempla todas as etapas do ciclo de vida do objeto, compreendendo:

### **a) Aquisição e Implantação**

- Licenciamento de uso em modelo SaaS, com acesso remoto seguro;
- Conversão e migração de todas as bases de dados atuais;
- Implantação, configuração e testes integrados em até 120 (cento e vinte) dias;
- Prova de conceito para aferição do atendimento mínimo de 95% das funcionalidades por módulo.

### **b) Utilização e Operação**

- Disponibilização de módulos integrados: previdenciário, folha de pagamento, recadastramento/censo, COMPREV e relatórios gerenciais;
- Acesso via web compatível com os principais navegadores e sistemas operacionais;
- Ferramentas de relatórios personalizados, auditoria de dados e mecanismos de segurança aderentes à LGPD.

### **c) Manutenção e Suporte**



- Manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva durante toda a vigência contratual;
- Suporte técnico especializado remoto em horário comercial;
- Atualizações contínuas para adequação a normas legais e tecnológicas.

#### **d) Treinamento e Capacitação**

- Capacitação inicial de servidores do IAPCM, com fornecimento de material didático, certificados e reforço sem custos adicionais quando necessário.

#### **e) Sustentabilidade e Descarte**

- Encerrada a vigência contratual, a contratada deverá disponibilizar mecanismos para exportação integral dos dados em formatos abertos e interoperáveis, garantindo portabilidade e preservação da memória institucional;
- Eventuais serviços e ambientes tecnológicos deverão observar práticas de sustentabilidade, inclusive com política de redução de consumo energético em data centers.

#### **f) Rastreabilidade e Controle**

- Todas as entregas, atualizações e manutenções deverão ser documentadas e registradas em relatórios técnicos, assegurando rastreabilidade, auditoria e transparência para a Administração.

### **7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso VII)**

**7.1** – A execução do objeto compreenderá todas as fases necessárias para que o sistema previdenciário integrado esteja plenamente operacional, assegurando a continuidade e a eficiência dos serviços prestados pelo IAPCM.

#### **a) Início da prestação**

- A contratada terá prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato para apresentar o plano de implantação, contendo cronograma detalhado, responsáveis e metas de entrega.

#### **b) Etapas de execução**

- **Conversão e migração de dados:** conclusão em até 90 (noventa) dias, com relatórios de validação de integridade e consistência.
- **Implantação e configuração:** instalação, parametrização, testes de integração e homologação em até 120 (cento e vinte) dias.
- **Treinamento:** capacitação inicial de servidores em turmas de até 10 participantes, com emissão de certificados.
- **Disponibilização plena:** após homologação, o sistema deverá estar acessível a todos os usuários habilitados, garantindo a execução dos módulos contratados.

#### **c) Regras de recebimento provisório e definitivo**



- O **recebimento provisório** ocorrerá após a implantação e homologação dos módulos, mediante termo circunstanciado elaborado pelo fiscal técnico e administrativo do contrato, que verificarão a conformidade com as especificações deste TR.
- O **recebimento definitivo** ocorrerá após período de 30 (trinta) dias de operação assistida, condicionado à comprovação da plena funcionalidade do sistema, da integridade dos dados migrados e da efetividade do suporte prestado pela contratada.

**d) Correções e ajustes**

- Eventuais falhas ou não conformidades detectadas durante o recebimento provisório ou definitivo deverão ser corrigidas pela contratada, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, sob pena de aplicação das sanções previstas nos arts. 156 a 162 da Lei nº 14.133/2021.

**e) Relatórios e transparência**

- A contratada deverá apresentar relatórios mensais de execução, contemplando atividades realizadas, chamados de suporte, atualizações aplicadas e indicadores de desempenho, os quais integrarão o processo de fiscalização contratual.

**8. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso VIII)**

8.1 – A contratada deverá garantir o pleno funcionamento do sistema previdenciário durante toda a vigência contratual, assegurando a disponibilidade, a integridade e a segurança das informações tratadas pelo software.

8.2 – A garantia compreenderá:

**8.2.1 - Manutenção corretiva:** solução de falhas e erros que comprometam a execução do sistema, em prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para incidentes críticos e até 5 (cinco) dias úteis para falhas não críticas;

**8.2.2 - Manutenção adaptativa:** adequação do sistema a alterações legais, normativas ou regulatórias aplicáveis à gestão previdenciária, sem custos adicionais para a Administração;

**8.2.3 - Manutenção evolutiva:** melhorias, aperfeiçoamentos e inclusão de novas funcionalidades, mediante solicitação da contratante e análise de viabilidade técnica pela contratada.



**8.3** – O suporte técnico deverá ser disponibilizado de segunda a sexta-feira, das 08h30 às 17h30, por meio de canais diversos (telefone, chat, e-mail e sistema de chamados), com registro e acompanhamento de demandas até sua solução.

**8.4** – Durante toda a vigência contratual, a contratada deverá disponibilizar equipe técnica especializada para atendimento remoto e, quando necessário, presencial, garantindo a continuidade dos serviços.

**8.5** – A contratada deverá assegurar atualização tecnológica contínua do sistema, incluindo:

- atualizações de segurança;
- adequações para compatibilidade com navegadores e sistemas operacionais;
- implementação de melhorias de desempenho.

**8.6** – Ao final do contrato, a contratada deverá garantir a **portabilidade dos dados** da Autarquia, mediante exportação integral em formatos abertos e interoperáveis (tais como CSV, XML ou JSON), assegurando a integridade e continuidade da gestão previdenciária.

**8.7** – O não atendimento às condições de garantia, suporte e manutenção previstas neste item sujeitará a contratada às penalidades previstas nos arts. 156 a 162 da Lei nº 14.133/2021.

## **9. DO VALOR MÁXIMO ESTIMADO UNITÁRIO E GLOBAL DA CONTRATAÇÃO:** **(Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso IX)**

**9.1** - O valor máximo estimado para esta contratação será apresentado pela Equipe de cotação em documento próprio, elaborado após cotação mercadológica em quadro comparativo de preços.

**9.1.1** – O resultado da pesquisa de preços constará em **quadro comparativo anexo ao processo**, devidamente assinado pela equipe de Cotação.

**9.1.2.** – O valor estimado será a **MEDIANA** e servirá como **limite máximo aceitável** para a contratação, observado o princípio da economicidade e a busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

## **10. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XI)**

**10.1** - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do IAPCM de Cachoeiras de Macacu/RJ, sendo atendida pela seguinte dotação:



ÓRGÃO	UNIDADE	RÚBRICA	FONTE	ORIGEM DA FONTE
30	031	3.3.90.39.00.00.00.00	1.802.0000	Taxa de Administração

**10.2** Para esta atividade verificou-se, inclusive, a inovação legislativa advinda do preceito do art. 66 da Lei 14.133/21, segundo o qual os documentos alusivos à habilitação jurídica, limitando-se “a comprovação de existência jurídica da pessoa”

*“Art. 66 – a habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa, e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.”*

**10.2.1** – As atividades desempenhadas pelas empresas licitantes, entretanto, devem guardar uma relação de **pertinência** com o objeto da licitação, sem que isso signifique, necessariamente, uma correspondência literal entre o objeto social e o objeto descrito no edital.

**10.2.2** – Não será admitido a participação de empresas atuantes em ramos **completamente impertinentes**, ou cuja natureza jurídica seja **incompatível** com a prestação dos serviços ou fornecimento de bens previstos neste T.R.

## **11. DA RESERVA DE COTA OU EXCLUSIVIDADE (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XII)**

**11.1** – Essa exclusividade aplica-se somente quando o valor total estimado da contratação não ultrapassar o limite de **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, nos termos da legislação.

**11.2** – Caso o valor estimado ultrapasse o referido limite, a contratação seguirá o procedimento aplicável, sem a exclusividade prevista neste item.



## **12. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XIII)**

**12.1** - Dado que os serviços pretendidos possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de edital, bem como especificações usuais de mercado, poderão ser contratados pela modalidade licitatória PREGÃO, na sua forma eletrônica, com critério de menor preço Global, nos termos dos artigos 6º, inciso XLV e art. 34, todos da Lei Federal Nº 14.133/2021. O critério de julgamento atenderá ao inciso I, do artigo 33, sendo vencedora a proposta com menor preço GLOBAL. O modo de disputa será ABERTO, de acordo com o inciso I, do Art. 56 da mesma Lei Federal.

Nos termos do Art.47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, assim como na Súmula nº 247/TCU dispõe que é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala. Na aplicação deste princípio, o parágrafo 1º do mesmo artigo estabelece que deverá ser considerado a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos.

Diante do exposto, a licitação desse objeto deverá ser realizada de forma agrupada, sem divisão de itens, visando propiciar agilidade ao processo e a garantia de qualidade e otimização da entrega, conforme estabelecido pelo Art. 40, Par. 3º, inciso I da Lei Federal.

**12.2 - Justificativa Técnica para Realização Global:** Está contratação será realizada por meio de pregão na forma Eletrônica, adotando-se a disputa global, e não por item, pelos seguintes motivos:

### **12.2.1 - Natureza Conjunta dos Serviços:**

Os serviços exigem conhecimento técnico específico e integração entre diagnóstico. A fragmentação por item poderia comprometer a continuidade e a eficiência do serviço, uma vez que diferentes fornecedores poderiam ser responsáveis por partes distintas do processo, dificultando a responsabilização por falhas e a garantia dos serviços.

### **12.2.2 - Unificação da Garantia e Responsabilidade Técnica:**





A contratação global permite que uma única empresa assuma a responsabilidade integral pelos serviços prestados, incluindo a garantia de qualidade, o fornecimento do software e o cumprimento das normas técnicas, evitando conflitos entre fornecedores em caso de falhas.

#### **12.2.3 - Redução de Custos Operacionais e Logísticos:**

A execução dos serviços por um único fornecedor reduz custos administrativos, de deslocamento e de gestão de contratos, proporcionando maior eficiência e economia para a Administração Pública.

#### **12.2.4 - Agilidade na Resposta a Demandas Corretivas:**

Um único prestador de serviços, assegura resposta mais ágil a eventuais falhas ou panes, o que é essencial para o funcionamento contínuo do serviço.

#### **12.2.5 - Princípio da Eficiência:**

A contratação global atende ao princípio da eficiência previsto no art. 37 da Constituição Federal, pois racionaliza a gestão contratual, reduz a fragmentação de serviços e melhora o controle e fiscalização dos contratos.

#### **12.2.6 - Precedentes em Jurisprudência e Orientações Normativas:**

Diante do exposto, fica tecnicamente justificada a adoção pela forma global para esta contratação, de modo a garantir a qualidade dos serviços, a eficiência na execução, a economicidade para a Administração Pública e a continuidade dos serviços essenciais.

### **13. DAS PROPOSTAS:**

#### **13.1 – Prazo de validade: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XIV)**

**13.1.1** - As propostas apresentadas deverão ser válidas por, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

#### **13.2 – Condições da Proposta**

**13.2.1** - As empresas interessadas deverão encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, devendo conter a descrição do objeto ofertado e preço ofertado, com as características mínimas e quantidades estipuladas neste Termo de Referência.



**13.2.2** - No campo destinado à descrição detalhada do objeto ofertado, a empresa deverá informar os dados complementares e singulares que o caracterizam, quando for o caso, não se admitindo a mera cópia do descritivo indicado no termo de referência, ficando a licitante sujeita a desclassificação.

**13.2.3** - Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Termo de Referência.

### **13.3 – Exigência de Amostra, prova conformidade ou Prova de Conceito**

**13.3.1** – Não se aplica a este objeto.

## **14. DOS REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:** (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XVI)

**14.1** - Atestado de Capacidade Técnica nos termos do art. 67§ 5º da Lei 14.133/21.

**14.2** - Para efeito de qualificação técnica, será considerado como atestado o parecer emitido pela Comissão de Avaliação.

## **15. DOS REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:** (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XVI)

**15.1** - A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

**15.1.1** – balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

**15.1.2** – certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

**15.1.3** – Outras informações conforme artigo 69 da Lei Federal 14.133/21.

## **16. DO CONTRATO:**

### **16.1 – Prazo e Prorrogação (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XVII)**

**16.1.1** – O contrato deverá ter prazo iniciado após a homologação do processo e com duração de até 12 (doze) meses.



**16.1.2** – A prorrogação não se aplica a esta contratação.

**16.2 – Prazo para Assinatura (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XVIII)**

**16.2.1** – O contrato a ser firmado com a licitante vencedora incluirá as condições estabelecidas em instrumento convocatório e seus anexos, necessárias à fiel execução do objeto desta licitação.

**16.2.2.** Homologado o resultado do processo, a vencedora será convocada para assinar o contrato, conforme preconiza o art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021, no prazo de 04 (quatro) dias úteis, não prorrogáveis, na sede do IAPCM.

**16.2.2.1** – Endereço do IAPCM: Rua Oswaldo Aranha, nº 01 – Centro  
– Cachoeiras de Macacu - RJ

**16.2.3.** A recusa em assinar o contrato, no prazo estabelecido no item anterior, caracterizará o descumprimento integral da obrigação assumida, sujeitando-se às sanções previstas neste edital, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

**16.2.4.** Na hipótese acima, à licitante decairá do direito à contratação, reservando-se o Promitente Comprador o direito de convocar a segunda classificada, e assim sucessivamente, para negociações, observado o disposto no Art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**16.3 – Requisitos da Contratação (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XIX)**

**16.3.1** – Os requisitos da Contratação foram apresentados particularizado por item no item **1** deste Termo de Referência.

**16.4 - Reajuste**

**16.4.1** – Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data da proposta.

**16.4.2** - Após o interregno de um ano, em caso de pedido de prorrogação, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice nacional de preços ao consumidor amplo IPCA/IBGE- exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



**16.4.3** - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

#### **16.5 – Garantia Contratual**

**16.5.1** - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **16.6.– Subcontratação**

**16.6.1** - Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **17. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DO CONTRATANTE: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XX)**

**17.1** – Transmitir, por escrito, diretamente à CONTRATADA, todas as instruções e reclamações, salvo em caso de urgência, quando poderá fazê-lo ao empregado da CONTRATADA, por telefone ou ainda por outro meio, fazendo a respectiva comunicação escrita tão logo seja possível;

**17.2** – Assegurar o acesso dos empregados da CONTRATADA, devidamente identificados, às dependências da Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu, para executarem a entrega e, se necessário, a instalação, na Rua Oswaldo Aranha, nº 06 – Centro – Cachoeiras de Macacu, no horário de 10:00 às 16:00;

**17.3** - Exercer a fiscalização e o acompanhamento da execução do serviço, garantindo que o mesmo atende às especificações mínimas exigidas, bem como realizar as anotações e registros em caso de falhas ou defeitos observados, visando a regularização;

**17.4** - Aplicar as penalidades cabíveis, caso a Adjudicatária não cumpra quaisquer das exigências deste Termo.

### **18 – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXI)**

**18.1** - Responsabilização por eventuais danos: O contratado será responsável por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou à terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto licitado.

**18.2** - Encargos: A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultante da execução do contrato.

**18.3** - Manter condições de habilitação: A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as obrigações assumidas, condições de habilitação e qualificação exigidas por Lei e neste Termo de Referência.



**18.4** - O contratado é responsável por quaisquer encargos ou despesas com acidentes de trabalho;

**18.5** - Comunicar de imediato e por escrito qualquer tipo de irregularidade que possa ocorrer durante a vigência do contrato;

**18.6** - A Contratada assumirá integral responsabilidade por danos causados ao Contratante e/ou a terceiros, decorrentes da execução parcial ou total do objeto.

**18.7** – A CONTRATADA fica obrigada a apresentar as licenças impressas solicitadas no subitem **1.4** deste Termo de Referência no ato do procedimento licitatório.

**19 – PREVISÃO E PRESTAÇÃO DE GARANTIA CONTRATUAL: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXII)**

**19.1** - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**20 – PREVISÃO DAS CONDIÇÕES PARA SUBCONTRATAÇÃO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXIII)**

**20.1** - Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**21 - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXIV)**

**21.1** – A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas em conformidade com o art. 117, §1º da Lei nº 14.133 de 2021 e Decreto Municipal nº 5.022 de 2024.

**21.2** – Cabe ao Gestor do contrato a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

**21.3** – Cabe ao Fiscal Técnico o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela Administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;



**21.4** – Cabe ao Fiscal Administrativo o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento;

**21.5** – As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercido por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, de acordo com a complexidade da contratação, assegurada a distinção das atividades.

**21.6** – A distinção das atividades de que trata o parágrafo 1º não poderá comprometer o desempenho das ações relacionadas à gestão do contrato.

**21.7** – Os Gestores e Fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021 e do art. 29 do Decreto Municipal nº 5.022 de 2024, devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

#### **INDICAÇÕES:**

<b>FUNÇÃO</b>	<b>TITULAR</b>	<b>MATRÍCULA</b>	<b>CPF</b>
GESTOR	LUIZ CARLOS SANTANA DA COSTA	25009	129.165.707-05
GESTOR SUBSTITUTO	JOÃO FERNANDO NETTO CARDINOT	25006	149.043.547-61
FISCAL TÉCNICO	GELSON FELICIANO JUNIOR	25002	484.810.097-68
FISCAL TÉCNICO SUBSTITUTO	MARCO JOSÉ MORAES DE ARRUDA	25010	946.373.267-53
FISCAL ADMINISTRATIVO	MILENA RAMOS BUSQUET	25005	076.073.757-67
FISCAL ADMINISTRATIVO SUBSTITUTO	ADRIANA AGUIAR DA ROCHA	25008	089.153.607-53





**22. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXV)**

22.1 - A metodologia de avaliação da execução dos serviços será de acordo com os seguintes parâmetros:

- a - Atendimento integral das exigências do Termo de Referência;
- b - Qualidade dos serviços prestados;
- c - Pontualidade na execução dos serviços.

22.2 - Com vistas à melhoria contínua na prestação de serviços, este órgão adotará o Acordo de Nível de Serviços – ANS como instrumento para avaliação e controle da qualidade e desempenho dos serviços prestados pela CONTRATADA.

22.3 - Para obtenção da pontuação final de glosa da fatura, serão utilizados os critérios de avaliação da tabela ANS, conforme verificado abaixo:

ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO	
1. ATENDIMENTO INTEGRAL DAS EXIGÊNCIAS DO TERMO DE REFERÊNCIA E QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS	
<b>Finalidade</b>	<i>Contratação de empresa especializada para fornecimento de solução tecnológica integrada para gestão previdenciária, abrangendo, no mínimo, os seguintes módulos: sistema previdenciário, folha de pagamento com portal web aos segurados, recadastramento web (censo previdenciário), COMPREV (compensação previdenciária), incluindo todas as etapas de implantação, migração de dados dos sistemas atualmente utilizados, treinamento de usuários, suporte técnico especializado e manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva dos sistemas, conforme condições, quantidades e exigências a serem estabelecidas neste Termo de Referência.</i>
<b>Instrumento de medição</b>	Avaliação de Reação aplicada aos servidores ao final da prestação do serviço.
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Média das notas atribuídas pelos servidores que preencheram a Avaliação de Reação aplicada ao final da capacitação.
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	De 7 a 10 - 100% da fatura;
	De 7 a 5 - 90% da fatura;
	De 5 a 4 - 80% da fatura;
	Abaixo de 4 - inexecução parcial.
2. PONTUALIDADE NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	



<b>Finalidade</b>	Garantir a disponibilidade dos serviços.
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Dias = Quantidade de dias de atraso
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	0 dias = 100% da Fatura em caso de aceite;
	de 1 a 5 dias = 95% do valor correspondente na Fatura;
	de 6 a 10 dias = 90% do valor correspondente na Fatura;
	Acima de 11 dias = 80% do valor correspondente na Fatura.
Para efeitos de ajuste no pagamento será considerada a média dos valores do item 1 e item 2 - "Qualidade" e "Prazo" - conforme a fórmula seguinte: $\frac{(\text{Faixa de ajuste no pagamento "Prazo"} + \text{Faixa de ajuste no pagamento "Qualidade"})}{2}$	

#### 22.4 – Da Liquidação:

**22.4.1** - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

**22.4.2** - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**22.4.3** - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

#### 22.5 Do Prazo de Pagamento

**22.5.1** - O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco.) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.



**22.5.2** - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

## **22.6 Da Forma de Pagamento**

**22.6.1** - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**22.6.2** - Os pagamentos serão efetuados em 02 (duas) parcelas: referente a 50% do valor total, se dará em até 05 dias (cinco) úteis após a assinatura do contrato e emissão de Nota Fiscal/Recibo, e a segunda e última, referente a 50% do valor total, se dará em até 07 (sete) dia após o evento.

**22.6.3** - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**22.6.4** - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**22.6.5** - O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **23. DA SEGURANÇA DE DADOS:**

**23.1** - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**23.2** - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**23.2.1** - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.



**23.3** - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**23.4** - É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**23.5** – A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**23.6** - A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**23.7** - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**23.8** - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

## **24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXVI)**

**24.1** - Em caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas na Lei 14.133/21 e demais normas pertinentes, assegurados, nos termos da lei, a ampla defesa e o contraditório.

**24.2** - Conforme o disposto nos arts. 156 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, o contratado estará sujeito às seguintes sanções em caso de inadimplemento, descumprimento das obrigações contratuais ou irregularidades na execução do objeto:



- **Advertência;**
- **Multa**, nos percentuais e condições estabelecidos no contrato;
- **Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a administração**, pelo prazo de até 2 ( dois) anos;
- **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública**

**24.3** - A aplicação das sanções observará o devido processo legal, garantindo ao contratado ampla defesa e contraditório, conforme previsto na legislação vigente.

Cachoeiras de Macacu, 18 de setembro de 2025.

---

**Gelson Feliciano Junior**  
**Servidor responsável pela elaboração do Termo de Referência**  
**Matrícula: 25002**

---

**Fábio Luciano Amaral Pereira**  
**Diretor Presidente do IAPCM**  
**Matrícula: 25001**



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0417/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026**

**ANEXO II - PREÇOS MÁXIMOS PROPOSTOS PELA ADMINISTRAÇÃO**

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANT	UNID	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de solução tecnológica integrada em modelo SaaS ( <b>Software as a Service</b> ), destinada à gestão previdenciária do Instituto de Assistência e Previdência dos Servidores Públicos Municipais, contemplando: <ul style="list-style-type: none"><li>• licenciamento de uso do software;</li><li>• implantação e configuração dos módulos contratados;</li><li>• migração e conversão de dados;</li><li>• treinamento e capacitação dos usuários;</li><li>• suporte técnico especializado;</li><li>• manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva;</li><li>• atualizações legais e tecnológicas durante toda a vigência contratual.</li></ul>	12	Meses	<b>R\$ 5.472,30</b>	<b>R\$ 65.667,60</b>
2	Serviços de Instalação, Diagnósticos, Migração de Dados, Implantação, Customização de Rotinas e Melhorias e Treinamento aos Usuários.	01	Unid.	<b>R\$ 20.000,00</b>	<b>R\$ 20.000,00</b>
<b>VALOR TOTAL:</b>				<b>R\$ 85.667,60</b>	





ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0417/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

**CONTRATO Nº XXXX/2026 QUE  
ENTRE SI CELEBRAM O  
INSTITUTO DE APOSENTADORIA  
E PENSÕES – IAPCM E A  
EMPRESA XXXXXXXXXXXX.**

O INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE CACHOEIRAS DE MACACU, com sede na Rua Oswaldo Aranha, 06, Centro – Cachoeiras de Macacu/RJ, inscrita no CNPJ nº **39.248.745/0001-00**, denominada CONTRATANTE, representado neste ato pelo seu Diretor Presidente, Sr. FÁBIO LUCIANO AMARAL PEREIRA, portador da Carteira de Identidade nº 081.970.04-8 (IFP/RJ), inscrito no CPF sob o nº 005.689.017-82 doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **XXXXXXXXXX**, CNPJ nº XXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX por meio de seu representante legal XXXXXXXXXXXX, portador do RG nº XXXXXXXX e inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXXXXXX, na presença das testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente Contrato, oriundo do Processo licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº XXX/2026 e Processo Administrativo nº 0417/2025, com base na Lei nº 14.133/21, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1** – Tem por objeto a contratação de **solução tecnológica integrada em modelo SaaS (Software as a Service)**, destinada à gestão previdenciária do Instituto de Assistência e Previdência dos Servidores Públicos Municipais, contemplando:

- licenciamento de uso do software;
- implantação e configuração dos módulos contratados;
- migração e conversão de dados;
- treinamento e capacitação dos usuários;
- suporte técnico especializado;
- manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva;
- atualizações legais e tecnológicas durante toda a vigência contratual.

**1.2 – Especificação do Objeto:**



**1.2.1 - Os materiais deverão ser novos, de primeira linha, devidamente padronizados e atender às normas técnicas aplicáveis.**

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANT	UNID
1	Contratação de <b>solução tecnológica integrada em modelo SaaS (Software as a Service)</b> , destinada à gestão previdenciária do Instituto de Assistência e Previdência dos Servidores Públicos Municipais, contemplando: <ul style="list-style-type: none"><li>• licenciamento de uso do software;</li><li>• implantação e configuração dos módulos contratados;</li><li>• migração e conversão de dados;</li><li>• treinamento e capacitação dos usuários;</li><li>• suporte técnico especializado;</li><li>• manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva;</li><li>• atualizações legais e tecnológicas durante toda a vigência contratual.</li></ul>	12	meses
2	Serviços de Instalação, Diagnósticos, Migração de Dados, Implantação, Customização de Rotinas e Melhorias e Treinamento aos Usuários.	01	Und.

**1.2 – Requisitos de Contratação:**

**1.2.1 -** A empresa deve estar em dia com todas as suas obrigações legais e fiscais, incluindo inscrição no CNPJ, Cadastro de Inscrição Estadual.

**1.2.2 -** Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

**1.2.3 -** Providencias a imediata correção das divergências pelo IAPCM, quanto à execução do serviço;

**1.2.4 -** Responsabilização por eventuais danos: O contratado será responsável por quaisquer danos causados diretamente à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto licitado.

**1.2.5 -** Comunicar de imediato e por escrito qualquer tipo de irregularidade que possa ocorrer durante a vigência do contrato.

**1.2.6 -** Manter, durante toda a vigência do contrato, as licenças e autorizações ambientais necessárias ao correto funcionamento dos serviços prestados;

**1.2.7 -** Apresentar, se não for proprietária do local de destinação, carta de anuência emitida pelo titular da unidade licenciada, autorizando a utilização da estrutura para



recebimento dos resíduos no quantitativo estimado pelo município, pelo período de vigência do contrato;

**1.2.8** - Providenciar os equipamentos, veículos, ferramentas, uniformes e EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) necessários à execução dos serviços, em conformidade com as normas de segurança do trabalho e ambientais;

**1.2.9** - Realizar a pesagem dos resíduos transportados em balança aferida pelo INMETRO, com emissão de tíquetes de pesagem em três vias (uma para a contratante, uma para a contratada e uma para arquivamento no local de destinação final);

**1.2.10** - Apresentar mensalmente relatório detalhado dos serviços realizados, com os respectivos tíquetes de pesagem e demais documentos comprobatórios, para fins de medição e liberação de pagamento;

**1.2.11** - Substituir o local de destinação final, sem ônus adicional para a Administração, caso haja suspensão, interdição, vencimento de licença ou qualquer impedimento legal para a continuidade da destinação no local inicialmente indicado;

**1.2.12** - Zelar pela preservação ambiental durante todas as etapas do serviço, evitando derramamentos, contaminações, poluição visual ou quaisquer danos ao meio ambiente;

**1.2.13** - Submeter-se à fiscalização da contratante a qualquer tempo, permitindo acesso a documentos, instalações, veículos e locais de destinação final dos resíduos, sempre que solicitado.

**1.2.14** – Utilização e Operação

- Disponibilização de módulos integrados: previdenciário, folha de pagamento, recadastramento/censo, COMPREV e relatórios gerenciais;
- Acesso via web compatível com os principais navegadores e sistemas operacionais;
- Ferramentas de relatórios personalizados, auditoria de dados e mecanismos de segurança aderentes à LGPD.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATANTE**

**2.1.** Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o fornecimento dos serviços descritos;

**2.2.** Acompanhar o serviço através de responsáveis para esta atribuição;

**2.3.** Promover o acompanhamento e fiscalização do fornecimento do objeto, sob o aspecto quantitativo;

**2.4.** Solicitar quando julgar conveniente, informações relativas à execução do objeto, sem que tal atividade implique em qualquer responsabilidade da fiscalização sobre a ação da contratada;



2.5. Atuar da forma mais ampla e completa no acompanhamento da execução do objeto, acompanhamento este que não eximirá à contratada das responsabilidades previstas quanto aos danos que forem causados à contratante ou a terceiros.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

3.1 - A metodologia de avaliação da execução dos serviços será de acordo com os seguintes parâmetros:

- a - Atendimento integral das exigências do Termo de Referência;
- b - Qualidade dos serviços prestados;
- c - Pontualidade na execução dos serviços.

3.2 - Com vistas à melhoria contínua na prestação de serviços, este órgão adotará o Acordo de Nível de Serviços – ANS como instrumento para avaliação e controle da qualidade e desempenho dos serviços prestados pela CONTRATADA.

3.3 - Para obtenção da pontuação final de glosa da fatura, serão utilizados os critérios de avaliação da tabela ANS, conforme verificado abaixo:

ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO	
1. ATENDIMENTO INTEGRAL DAS EXIGÊNCIAS DO TERMO DE REFERÊNCIA E QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS	
<b>Finalidade</b>	<i>Contratação de empresa especializada para fornecimento de solução tecnológica integrada para gestão previdenciária, abrangendo, no mínimo, os seguintes módulos: sistema previdenciário, folha de pagamento com portal web aos segurados, recadastramento web (censo previdenciário), COMPREV (compensação previdenciária), incluindo todas as etapas de implantação, migração de dados dos sistemas atualmente utilizados, treinamento de usuários, suporte técnico especializado e manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva dos sistemas, conforme condições, quantidades e exigências a serem estabelecidas no Termo de Referência.</i>
<b>Instrumento de medição</b>	Avaliação de Reação aplicada aos servidores ao final da prestação do serviço.
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Média das notas atribuídas pelos servidores que preencheram a Avaliação de Reação aplicada ao final da capacitação.
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	De 7 a 10 - 100% da fatura;
	De 7 a 5 - 90% da fatura;
	De 5 a 4 - 80% da fatura;



	Abaixo de 4 - inexecução parcial.
<b>2. PONTUALIDADE NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS</b>	
<b>Finalidade</b>	Garantir a disponibilidade dos serviços.
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Dias = Quantidade de dias de atraso
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	0 dias = 100% da Fatura em caso de aceite;
	de 1 a 5 dias = 95% do valor correspondente na Fatura;
	de 6 a 10 dias = 90% do valor correspondente na Fatura;
	Acima de 11 dias = 80% do valor correspondente na Fatura.
Para efeitos de ajuste no pagamento será considerada a média dos valores do item 1 e item 2 - "Qualidade" e "Prazo" - conforme a fórmula seguinte: $\frac{(\text{Faixa de ajuste no pagamento "Prazo"} + \text{Faixa de ajuste no pagamento "Qualidade"})}{2}$	

### 3.4 – Da Liquidação:

**3.4.1** - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

**3.4.2** - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**3.4.3** - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

### 3.5 Do Prazo de Pagamento



**3.5.1** - O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco.) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

**3.5.2** - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

### **3.6 Da Forma de Pagamento**

**3.6.1** - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**3.6.2** - Os pagamentos serão efetuados em 02 (duas) parcelas: referente a 50% do valor total, se dará em até 05 dias (cinco) úteis após a assinatura do contrato e emissão de Nota Fiscal/Recibo, e a segunda e última, referente a 50% do valor total, se dará em até 07 (sete) dias após o evento.

**3.6.3** - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**3.6.4** - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**3.6.5** - O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **CLÁUSULA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

**4.1** – A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas em conformidade com o art. 117, §1º da Lei nº 14.133 de 2021 e Decreto Municipal nº 5.022 de 2024.

**4.2** – Cabe ao Gestor do contrato a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

**4.3** – Cabe ao Fiscal Técnico o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis





com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela Administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;

**4.4** – Cabe ao Fiscal Administrativo o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento;

**4.5** – As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercido por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, de acordo com a complexidade da contratação, assegurada a distinção das atividades.

**4.6** – A distinção das atividades de que trata o parágrafo 1º não poderá comprometer o desempenho das ações relacionadas à gestão do contrato.

**4.7** – Os Gestores e Fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021 e do art. 29 do Decreto Municipal nº 5.022 de 2024, devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

#### INDICAÇÕES:

FUNÇÃO	TITULAR	MATRÍCULA	CPF
GESTOR	LUIZ CARLOS SANTANA DA COSTA	25009	129.165.707-05
GESTOR SUBSTITUTO	JOÃO FERNANDO NETTO CARDINOT	25006	149.043.547-61
FISCAL TÉCNICO	GELSON FELICIANO JUNIOR	25002	484.810.097-68
FISCAL TÉCNICO SUBSTITUTO	MARCO JOSÉ MORAES DE ARRUDA	25010	946.373.267-53
FISCAL ADMINISTRATIVO	MILENA RAMOS BUSQUET	25005	076.073.757-67
FISCAL ADMINISTRATIVO SUBSTITUTO	ADRIANA AGUIAR DA ROCHA	25008	089.153.607-53



## **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

### **5.1. Constituem obrigações da Contratada:**

**5.1.1** - Responsabilização por eventuais danos: O contratado será responsável por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou à terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto licitado.

**5.1.2** - Encargos: A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultante da execução do contrato.

**5.1.3** - Manter condições de habilitação: A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as obrigações assumidas, condições de habilitação e qualificação exigidas por Lei e neste Termo de Referência.

**5.1.4** - O contratado é responsável por quaisquer encargos ou despesas com acidentes de trabalho;

**5.1.5** - Comunicar de imediato e por escrito qualquer tipo de irregularidade que possa ocorrer durante a vigência do contrato;

**5.1.6** - A Contratada assumirá integral responsabilidade por danos causados ao Contratante e/ou a terceiros, decorrentes da execução parcial ou total do objeto.

**5.1.7** – A CONTRATADA fica obrigada a apresentar as licenças impressas solicitadas no subitem **1.4** do Termo de Referência no ato do procedimento licitatório

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

### **6.1 – Constituem obrigações do Contratante:**

**6.1.1**– Transmitir, por escrito, diretamente à CONTRATADA, todas as instruções e reclamações, salvo em caso de urgência, quando poderá fazê-lo ao empregado da CONTRATADA, por telefone ou ainda por outro meio, fazendo a respectiva comunicação escrita tão logo seja possível;

**6.1.2** – Assegurar o acesso dos empregados da CONTRATADA, devidamente identificados, às dependências da Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu, para executarem a entrega e, se necessário, a instalação, na Rua Oswaldo Aranha, nº 06 – Centro – Cachoeiras de Macacu, no horário de 10:00 às 16:00;

**6.1.3** - Exercer a fiscalização e o acompanhamento da execução do serviço, garantindo que o mesmo atende às especificações mínimas exigidas, bem como realizar as anotações e registros em caso de falhas ou defeitos observados, visando a regularização;

**6.1.4** - Aplicar as penalidades cabíveis, caso a Adjudicatária não cumpra quaisquer das exigências deste Termo.



## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA**

**7.1** – O contrato deverá ter prazo iniciado após a homologação do processo e com duração de 12 (doze) meses.

**7.2** – O prazo estipulado no item anterior poderá ser prorrogado conforme autorização do CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA OITAVA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**8.1** – A aquisição será paga mediante a apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**8.2** - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da execução dos serviços.

**8.3** - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**8.4** - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**8.5** - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

### **8.6 – Da Liquidação:**

**8.6.1** - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

**8.6.2** - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;



- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**8.6.3** - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

## **8.7 Do Prazo de Pagamento**

**8.7.1** - O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco.) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

**8.7.2** - No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

## **8.8 Da Forma de Pagamento**

**8.8.1** - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**8.8.2** - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**8.8.3** - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**8.8.4** - O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **CLÁUSULA NONA – DO VALOR DO CONTRATO**

**9.1** - O valor total contratado será de **R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, correspondente a **R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)** mensais por 12 meses.



**9.2** - Os valores estabelecidos nesta cláusula incluem todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais previstos na legislação em vigor, incidentes direta ou indiretamente, bem como as despesas de quaisquer naturezas decorrentes da execução do contrato, sendo os valores fixos e irrevogáveis.

**9.3** - O CONTRATANTE poderá promover alterações contratuais, observadas as limitações constantes na Lei n. 14.133/2021, arts. 125 e 126.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**10.1** - As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Instituto de Aposentadorias e Pensões de Cachoeiras de Macacu - IAPCM, sendo atendida pela seguinte dotação:

ÓRGÃO	UNIDADE	RÚBRICA	FONTE	ORIGEM DA FONTE
30.000	30.031	3.3.90.39.00.00.00.00	1.802.0000	Taxa de Administração

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE**

**11.1**– Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano, contando da data limite para a apresentação das propostas;

**11.2** - Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de 01 (um) ano, aplicando-se o índice IPCA-E e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

**11.3** - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

**11.4** - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica assim, a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preço do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**11.5** - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

**11.6** - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

**12.1** No caso de eventual atraso no pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, poderá haver incidência de atualização monetária, sobre o valor devido, pro rata temporis, ocorrida entre a data limite estipulada para pagamento e a da efetiva realização.

**12.1.1** Para esse fim, será utilizada a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

**12.2** O mesmo critério de correção será adotado em relação à devolução dos valores recebidos indevidamente pela CONTRATADA.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES**

**13.1** - Em caso de descumprimento às regras deste contrato, e observado o regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes penalidades:

**13.1.1** - advertência, aplicada em caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**13.1.2** - multa moratória:

**a)** de 1,3% (um inteiro e três décimos por cento), ao dia, limitado a 20 (vinte) dias corridos, calculada sobre o valor anual da contratação, no caso de atraso injustificado do fornecimento da senha de acesso à plataforma.

**b)** no percentual de 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, limitado a 8 (oito) dias corridos, calculada sobre o valor anual da contratação, no caso de interrupção do serviço, sem justificativa e prévia comunicação ao CONTRATANTE.

**c)** no percentual de 1,0% (um por cento), ao dia, limitado a 8 (oito) dias corridos, calculada sobre o valor anual da contratação, no caso de reincidência do descumprimento descrito na alínea b deste item.

c.1) Considera-se reincidência a interrupção de que trata a alínea "b" deste item, por mais de uma vez, em período igual ou inferior a 30 (trinta) dias.

**d)** 0,1% (um décimo por cento) a hora/dia/ocorrência, limitado a 3,0% (três por cento), sobre o valor anual da contratação, no descumprimento de





quaisquer obrigações contratuais previstas na execução do objeto, e não arroladas nos itens acima.

**13.1.3** multa compensatória, no valor de:

- e) 10% (dez por cento) sobre o valor anual da contratação, aplicada em caso de inexecução parcial do contrato. b) 30% (trinta por cento) sobre o valor anual da contratação, aplicada em caso de inexecução total do contrato.

**13.1.4** - impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicada em razão das seguintes ocorrências:

- a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado: Pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 04 (quatro) meses;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 12 (doze) meses;
- c) dar causa à inexecução total do contrato: Pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 12 (doze) meses.

**13.1.4.1** - A penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ não poderá ser aplicada cumulativamente com a declaração de inidoneidade.

**13.1.4.2** - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada pela autoridade máxima do CONTRATANTE.

**13.2** - As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente a sanção de multa.

**13.3** - A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

**13.4** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**13.4.1** - O valor referente à multa poderá, antes dos procedimentos descritos no item acima, ser recolhido ao Tesouro Municipal por meio Guia de Recolhimento do Município, nos termos do §8º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.



**13.4.2** - O atraso no recolhimento de multas será corrigido monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

**13.5** - É admitida a reabilitação CONTRATADA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, observados os requisitos constantes no artigo 163 da Lei 14.133/2021, em especial:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**13.6** - A sanção por prestar declaração falsa durante a execução do contrato e a sanção por praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá como condição de reabilitação da CONTRATADA, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**13.7** - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**13.8** - A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste contrato será realizada mediante instauração de procedimento administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, cujos prazos para realização dos atos serão os previstos nos arts. 157, 158 e 159 da Lei 14.133/2021.

**13.9** - Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para o contratante, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.10** - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/2021.



**13.11** - A aplicação da multa não obsta a apuração e cobrança de eventuais perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

**13.12** - As penalidades de multa moratória e multa compensatória não serão cumuladas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**14.1** - Este contrato poderá ser extinto a juízo do CONTRATANTE, com base nos arts. 106, inciso III e 137 a 139, da Lei 14.133/2021, especialmente quando entender que a CONTRATADA não está cumprindo de forma satisfatória as avenças estabelecidas, independentemente da aplicação das penalidades estabelecidas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO**

**15.1** - Em conformidade com o disposto na Lei n. 14.133/2021, art. 94, o contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo 10 dias úteis, contados da sua assinatura.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

**16.1** - Para dirimir quaisquer conflitos oriundos deste contrato, é competente o Foro do Juízo da Comarca de Cachoeiras de Macacu/RJ, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, no que se refere a qualquer ação ou medida judicial originada ou referente ao instrumento contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS ANEXOS**

**17.1** - Integram este contrato, como anexo, a cópia do Termo de Referência, das quais os signatários declaram ciência.

**17.2** - No caso de conflito prevalecem às disposições constantes deste contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**18.1** - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.



**18.2** - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**23.2.1** - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**18.3** - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**18.4** - É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**18.5** – A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**18.6** - A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**18.7** - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**18.8** - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**18.9** – Termo de Confidencialidade dos Funcionários da Contratada

**18.9.1** – A CONTRATADA deverá exigir que todos os seus empregados, prepostos, colaboradores ou quaisquer terceiros que tenham acesso a informações e dados pessoais em razão da execução do contrato firmem Termo de Confidencialidade e Responsabilidade (ANEXO I), comprometendo-se a:

I – Utilizar os dados exclusivamente para os fins previstos no contrato, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e demais normas aplicáveis;



II – Manter absoluto sigilo sobre quaisquer informações, dados pessoais ou documentos aos quais tenham acesso, não podendo divulgá-los, reproduzi-los, compartilhá-los ou utilizá-los para fins diversos;

III – Adotar todas as medidas necessárias para proteger os dados contra acesso, uso, alteração, divulgação ou destruição não autorizada;

IV – Permanecer vinculado às obrigações de sigilo mesmo após o término da execução contratual, enquanto durar a necessidade de preservação das informações.

**18.9.2** – O Termo de Confidencialidade deverá ser entregue à CONTRATANTE no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar do início da execução contratual, devidamente assinado por cada funcionário designado para atuar no objeto.

**18.9.3** – O descumprimento do disposto nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas no contrato e na legislação aplicável, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal do infrator.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**19.1** - As partes contratantes ficarão exoneradas do cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, quando ocorrerem motivos de força maior ou caso fortuito, assim definidos no parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

**19.2** - Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei n. 14.133/2021, bem como dos princípios de direito público.

**19.3** - O CONTRATANTE não realizará operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de créditos nem de outros tipos de cessão decorrentes deste contrato.

**19.4** - A CONTRATADA assumirá, de forma exclusiva, todas as dívidas que venha a contrair com vistas ao cumprimento das obrigações oriundas deste contrato, ficando certo, desde já, que o CONTRATANTE não será responsável solidário.

**19.5** - A documentação necessária para pagamento, pedido de prorrogação de prazo, recursos, defesa prévia e outros inerentes à contratação deverão ser protocoladas no setor próprio da Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu/RJ, situado no prédio sede na Rua Oswaldo Aranha, nº 06, bairro Centro, neste Município.

**19.6** - Os dados pessoais tornados públicos por este contrato deverão ser resguardados pelas partes, observados os princípios de proteção de dados previstos no art. 6º da Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) durante toda a execução contratual.

**19.6.1** - O tratamento de dados pessoais deverá se limitar ao necessário para a realização de suas finalidades, sendo observados:



- a) a compatibilidade com a finalidade especificada;
- b) o interesse público;
- c) a regra de competência administrativa aplicável à situação concreta. E por estarem assim de pleno acordo, assinam as partes este instrumento, na forma eletrônica, para todos os fins de direito.

Cachoeiras de Macacu/RJ, XX de XXXXXXXX de 2026.

**Fábio Luciano Amaral Pereira**

**Diretor Presidente do IAPCM**

**Matrícula: 25001**

**CONTRATANTE**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**EMPRESA CONTRATADA**

**CNPJ Nº XXXXXXXXXX**

**TESTEMUNHAS:**

Nome: _____
_____
Endereço: _____
_____
_____
RG: _____

Nome: _____
_____
Endereço: _____
_____
_____
RG: _____





**ANEXO I AO CONTRATO**

**CONTRATO Nº XXX/2026**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0417/2025**

**ÓRGÃO REQUISITANTE: IAPCM – INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES  
DE CACHOEIRAS DE MACACU**

**1. DO OBJETO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso I)**

**1.1 –** *O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de **solução tecnológica integrada em modelo SaaS (Software as a Service)**, destinada à gestão previdenciária do Instituto de Assistência e Previdência dos Servidores Públicos Municipais, contemplando:*

- *licenciamento de uso do software;*
- *implantação e configuração dos módulos contratados;*
- *migração e conversão de dados;*
- *treinamento e capacitação dos usuários;*
- *suporte técnico especializado;*
- *manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva;*
- *atualizações legais e tecnológicas durante toda a vigência contratual.*

**1.2 – Especificação do Objeto:**

**1.2.1 -** Os materiais deverão ser **novos, de primeira linha, devidamente padronizados** e atender às normas técnicas aplicáveis.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANT	UNID
1	<i>O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de <b>solução tecnológica integrada em modelo SaaS (Software as a Service)</b>, destinada à gestão previdenciária do Instituto de Assistência e Previdência dos Servidores Públicos Municipais, contemplando:</i> <ul style="list-style-type: none"><li>• <i>licenciamento de uso do software;</i></li><li>• <i>implantação e configuração dos módulos contratados;</i></li><li>• <i>migração e conversão de dados;</i></li><li>• <i>treinamento e capacitação dos usuários;</i></li><li>• <i>suporte técnico especializado;</i></li><li>• <i>manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva;</i></li><li>• <i>atualizações legais e tecnológicas durante</i></li></ul>	12	meses



	<i>toda a vigência contratual.</i>		
2	Serviços de Instalação, Diagnósticos, Migração de Dados, Implantação, Customização de Rotinas e Melhorias e Treinamento aos Usuários.	und.	01

### 1.3 – Prova de Conceito:

1.3.1 - A Prova de Conceito (“*proof of concept*” – “PoC”) é uma ferramenta que tem sido usada com frequência em processos de licitação. Permite avaliar se o objeto ofertado pelo licitante atende às especificações técnicas definidas no edital, no projeto básico ou no termo de referência.

1.3.2 - Trata-se de etapa do certame em que se aplica determinada metodologia, previamente regradada no edital, a fim de que seja verificado se a proposta do licitante classificado em primeiro lugar contempla todos os requisitos necessários à satisfação da necessidade pública atrelada à contratação.

1.3.3 - A PoC tem sido empregada sobretudo em licitações para prestação de serviços – especialmente quando vinculados à área de Tecnologia da Informação (TI). Assemelha-se à exigência de fornecimento de amostras, usual em licitações para aquisição de bens.

1.3.4 - Antes mesmo da incorporação da PoC à lei geral de licitações – que sobreveio apenas com a Lei 14.133/21 –, o TCU já consagrava o entendimento de que não haveria óbice à adoção de tal medida como “*mais uma forma de garantir que o serviço a ser adquirido atenda plenamente*” às expectativas da Administração.

1.3.5 – A critério do IAPCM, a demonstração pode ser dividida em módulos, possibilitando a realização de duas ou mais demonstrações para grupos técnicos especializados em cada módulo e área de atuação.

**1.3.6 - A LICITANTE deverá atender de imediato na PROVA DE CONCEITO TODAS as FUNCIONALIDADES TECNOLÓGICAS COMUM AOS SISTEMAS CONTRATADOS e até 95% (noventa por cento) FUNCIONALIDADES ESPECÍFICAS POR MÓDULO.**



1.3.7 – O IAPCM, oferecerá equipamento conectado à Internet para que haja a execução da prova de conceito. Não será permitido ao licitante a instalação de quaisquer programas, executáveis, dentre outros recursos tecnológicos para apoiar as atividades.

1.3.8 – Tendo em vista a quantidade de itens a serem demonstrados, deverá a empresa proponente demonstrar cada item em no máximo 5 (cinco) minutos. Será considerado demonstrado o item que for devidamente executado junto ao sistema, não sendo permitido exibição de recortes, telas ou campos a serem executados. Se o sistema não atender os 95% estabelecido em algum módulo a Licitante será desclassificada. Nesse caso, a segunda colocada será convocada para apresentação, seguindo-se esse processo, se necessário.

1.3.9 - Durante a demonstração, caso fique constatado pela comissão de avaliação, que a empresa licitante não atende ao item demonstrado, fica automaticamente desclassificada, não tendo a necessidade de demonstrar os demais itens, assegurando o direito de recurso, caso a licitante tenha interesse, conforme a lei. A comissão de avaliação detém plena autoridade nas decisões técnicas tomadas.

1.3.10 - Poderão participar, durante toda a realização da Prova de Conceito até 02 (dois) representantes credenciados por módulo a ser demonstrado da licitante em avaliação; 01 (um) representante credenciado para cada um dos demais licitantes; representantes da Comissão Técnica de Avaliação, que será devidamente composta pelos seguintes membros:

➔ João Fernando Netto Cardinot – matrícula nº 25006

➔ Thamirys Cardoso Gomes Cordeiro – Matrícula nº 25012

1.3.11 - A licitante em avaliação terá um prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil seguinte à convocação pelo pregoeiro, para preparar a amostra do produto em plenas condições operacionais, contendo todas as informações necessárias, de acordo com os requisitos definidos pela CONTRATANTE.

1.3.12 No primeiro dia útil subsequente à finalização do prazo fixado no item anterior, a licitante em avaliação deverá se apresentar à Comissão Técnica de Avaliação para a demonstração do sistema. A sessão da Prova de Conceito será iniciada no mesmo dia. Se a licitante classificada em primeiro lugar não comparecer na sessão da Prova de Conceito, a mesma será desclassificada e será aberto o prazo para a convocação da segunda colocada e assim sucessivamente.



1.3.13 - Declarada aberta a sessão, estando presente no mínimo a licitante em avaliação, com seus representantes credenciados e de posse da apresentação do sistema e os representantes da Comissão de avaliação, os trabalhos serão iniciados.

1.3.14 - Durante a Prova de Conceito, somente representantes da Comissão Técnica de Avaliação e o representante da empresa avaliada poderão se manifestar, com questionamentos sobre os requisitos constantes no Termo de Referência e sobre o cumprimento dos requisitos licitatórios, respectivamente.

1.3.14.1 - No que tange aos demais representantes, os mesmos deverão se manifestar em sede de recurso.

1.3.15 - Após análise da demonstração do sistema, a Comissão de Avaliação terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para expedir parecer conclusivo quanto a referida apresentação, o qual fará parte integrante da qualificação técnica e da decisão a ser proferida pela pregoeira.

## **1.4 – Requisitos Técnicos**

### **1.4.1 - Licenciamento de Uso:**

1.4.1.1 - O modelo de licenciamento de software no formato de serviço, conhecido como Software as a Service (SaaS), possibilita que a aplicação seja acessada remotamente via internet, diretamente pelo provedor, mediante pagamento recorrente ou assinatura.

1.4.1.2 - Com consolidação desse modelo, o IAPCM ficará isenta da gestão da infraestrutura necessária para a operacionalização do software, como servidores, bancos de dados e manutenção do ambiente de hospedagem. Essas responsabilidades serão integralmente assumidas pela CONTRATADA, cabendo à CONTRATANTE apenas a fiscalização do contrato.

1.4.1.3 - A contratação incluirá a manutenção corretiva e evolutiva do software. A manutenção corretiva abrangerá a identificação e solução de falhas que comprometam a operacionalidade do sistema, sendo executada em resposta a incidentes reportados durante seu uso. Já a manutenção evolutiva englobará melhorias, expansões e adição de novas funcionalidades, garantindo sua adequação contínua às demandas dos usuários e às normativas vigentes. Esse processo incluirá a análise de novos requisitos, planejamento e implementação



de modificações, integração de novos módulos, otimização de desempenho e atualização tecnológica.

#### **1.4.2 - Suporte Técnico:**

1.4.1.1 - O suporte técnico será prestado por uma equipe especializada, dedicada a atender às solicitações dos usuários, fornecendo assistência para solução de problemas técnicos, esclarecimento de dúvidas e orientações quanto ao uso adequado dos sistemas.

1.4.1.2 - O suporte será disponibilizado por meio de diversos canais, como telefone, chat online e sistema de tickets, assegurando rapidez no atendimento. A equipe será responsável pelo diagnóstico e resolução de falhas, configuração de sistemas, fornecimento de instruções detalhadas e suporte contínuo aos usuários.

1.4.1.3 - A CONTRATADA deverá prover suporte técnico remoto de segunda a sexta-feira, das 08h30 às 17h30.

#### **1.4.3 - Conversão de Todas as Bases de Dados:**

1.4.3.1 - O serviço de conversão de dados consiste no processo de transformação e adaptação de informações entre diferentes formatos ou estruturas, visando à compatibilidade, integração ou migração entre sistemas distintos.

1.4.3.2 - A conversão deverá ser concluída em até 90 (noventa) dias e compreenderá as seguintes etapas:

- Análise dos dados de origem: Levantamento e compreensão da estrutura, formato e regras de negócio aplicáveis aos dados a serem convertidos.
- Mapeamento de dados: Definição das correspondências entre os dados de origem e destino, estabelecendo os critérios para sua conversão.
- Transformação de dados: Conversão dos dados conforme as regras previamente estabelecidas, podendo incluir alteração de tipos, aplicação de fórmulas e ajustes de códigos.



- Validação e verificação: Testes e revisões para assegurar a integridade e precisão dos dados convertidos, prevenindo perdas ou corrupção.
- Migração dos dados: Importação e carregamento dos dados no sistema de destino, garantindo sua integração adequada.

### **1.5 - Implantação:**

1.5.1 - A implantação do sistema consiste na instalação, configuração, testes e disponibilização do software em um ambiente operacional adequado para sua utilização.

1.5.2 - O processo deverá ser concluído em até 120 (cento e vinte) dias e compreenderá as seguintes fases:

- Planejamento: Definição de metas, levantamento de necessidades e elaboração do cronograma.
- Configuração e personalização: Ajuste do sistema às necessidades da organização, incluindo criação de usuários, permissões e fluxos de trabalho.
- Testes e validação: Realização de testes de funcionalidade, segurança e integração para assegurar a conformidade com os requisitos.

### **1.6 - Treinamento:**

1.6.1 - As capacitações serão conduzidas em turmas de até 10 (dez) servidores do IAPCM, com carga horária mínima de 8 (oito) horas. O conteúdo programático abordará a utilização dos sistemas e procedimentos de segurança, como armazenamento de dados e controle de acesso.

1.6.2 - Caberá à CONTRATANTE fornecer mobiliário e equipamentos necessários. Os Custos com instrutores, deslocamento e hospedagem serão de responsabilidade da CONTRATADA.

1.6.3 - Os treinamentos ocorrerão em turnos matutino (08h00 às 12h00) e vespertino (14h00 às 18h00).

1.6.4 - Todo material didático será fornecido pela CONTRATADA, com certificados para participantes com presença superior a 70%.



1.6.5 - A CONTRATANTE poderá avaliar e solicitar reforços sem custos adicionais caso o treinamento seja considerado insuficiente.

#### **1.8 - Funcionalidades Tecnológicas comum aos sistemas contratados:**

1.7.1 - A solução deve ser concebida em linguagem nativa para a web. Não será autorizada a utilização de quaisquer recursos tecnológicos, tais como: runtimes, plugins, virtualização ou acesso remoto à área de trabalho para o uso da aplicação, exceto quando houver necessidade de softwares intermediários para acesso a outros dispositivos como leitor biométrico, impressoras, certificados digitais ou por questões de segurança da aplicação web.

1.7.4 - Os sistemas devem ser altamente adaptáveis, dispondo de ferramenta de scripts que proporcionem aos usuários autonomia na elaboração de relatórios personalizados e na customização dos sistemas, conforme as necessidades do IAPCM, sem intervenção da Contratada.

1.7.5 - Deve possuir firewall de borda com técnicas redundantes para evitar invasão por vulnerabilidades nos protocolos TCP/IP.

1.7.4 - Deve executar análise do tráfego para impedir ataques do tipo SQL Injection e Negativação de Serviço, sendo essa análise realizada na camada de aplicação.

1.7.5 - Todos os sistemas devem empregar protocolo HTTPS para navegação na internet, assegurando a proteção das informações transmitidas através de criptografia.

1.7.6 - A solução deve ser estruturada em módulos e sistemas que garantam a integração e a unificação das informações. Deve ser possível ao usuário optar pela não integração entre cadastros mediante simples parâmetro no sistema, permitindo ao administrador do sistema indicar os usuários que poderão decidir sobre a integração entre os sistemas pendentes.

1.7.7 - O sistema deverá ser acessível e compatível, no mínimo, com os principais navegadores do mercado, como Firefox, Chrome e Safari, além de operarem nos ambientes Windows, Linux e MAC OS.

1.7.83 - Deve permitir ao usuário, sem intervenção da Contratante, criar campos personalizados dentro dos cadastros dos sistemas, conforme sua necessidade.

1.7.84 - Deve possibilitar integração com outros sistemas abrangidos na mesma licitação, utilizando Interface de Programação de Aplicativos (API) do tipo REST, a ser disponibilizada pela Contratante, ou oferecer recursos de extração de





dados por meio de webservices, acessíveis diretamente pelo usuário, sem custos adicionais para o Contratante.

1.7.85 - A solução deve oferecer capacidade de integração com outros bancos de dados, permitindo a geração de relatórios por meio de webservices que combinem dados de bancos de terceiros com os dados da própria solução.

1.7.86 - Deve ser capaz de exportar informações via fonte de dados para que outros sistemas possam criar bancos de dados.

1.7.87 - Os sistemas devem incluir controle de acesso por meio de senhas, abrangendo permissões de acesso por usuário e por grupos, com definição de permissões para alteração, inclusão, exclusão e outras operações da aplicação, como estorno, cancelamento, cálculo e desativação, dentro de cada módulo individualmente.

1.7.88 - Deve permitir a alternância entre sistemas e entidades sem necessidade de um novo login, garantindo que, ao trocar de entidade, o usuário seja automaticamente direcionado para o mesmo exercício.

1.7.89 - Deve dispor de gerenciamento de relatórios, permitindo ao usuário final criar novos relatórios a partir de um modelo existente, mantendo o modelo original inalterado, com a opção de torná-los públicos (acessíveis a todos os usuários) ou restritos (acessíveis apenas ao criador).

1.7.90 - Os relatórios devem poder ser executados em segundo plano, permitindo ao usuário continuar suas atividades enquanto aguarda a geração do relatório, recebendo notificação em tela assim que estiver pronto ou sendo aberto automaticamente.

1.7.91 - Deve possibilitar a distribuição de relatórios para outras entidades ou sistemas, permitindo definir as permissões de acesso e a atualização dos relatórios compartilhados.

1.7.92 - Deve permitir a inserção de elementos visuais nos relatórios, como textos, imagens, linhas, retângulos, círculos, códigos de barras, QR codes e gráficos.

1.7.93 - Possibilitar a assinatura digital de documentos nos formatos PDF, XML e TXT.

1.7.94 - Deve permitir assinaturas digitais com certificados armazenados localmente ou em repositórios, sejam nos modelos e-CPF, A1 ou A3.

1.7.95 - O cidadão deve poder assinar documentos digitalmente diretamente pela aplicação, sem necessidade de sistemas auxiliares, salvo para acesso ao dispositivo de leitura do certificado digital.



1.7.96 - Possibilitar que um documento seja assinado digitalmente e, após a assinatura, encaminhado a outro usuário, que será notificado no próprio sistema sobre a pendência de assinatura.

1.7.97 - Deve possuir armazenamento de certificados digitais do tipo A1 em nuvem, utilizando hardware inviolável do tipo HSM, permitindo ao usuário realizar assinaturas digitais com segurança a partir de qualquer dispositivo, sem necessidade de token físico.

1.7.98 - Nos principais registros dos sistemas, a auditoria deve estar acessível ao usuário ao executar uma modificação ou ao consultar alterações. O sistema deve exibir uma linha do tempo diretamente no cadastro, sem necessidade de abrir novas telas, mostrando o histórico de modificações.

1.7.99 - Ao visualizar os registros de auditoria, devem ser apresentados os novos dados para inserções, os dados modificados juntamente com os anteriores para edições, e os dados prévios para exclusões.

1.7.100 A solução deve contar com uma fonte de dados que viabilize a criação de scripts com o uso integrado e coerente de soluções Google Forms, permitindo a expansão significativa da utilização da plataforma.

1.7.101 Os sistemas devem oferecer "ajuda online" para esclarecimento de dúvidas sem necessidade de abertura de um chamado técnico, acessível diretamente nos próprios sistemas.

1.7.102 Possibilitar a configuração dos acessos ao sistema, restringindo por endereço de IP, permitindo a seleção de um intervalo de IPs, por máscara de sub-rede ou CIDR.

1.7.103 Para atender às diretrizes estabelecidas pela LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), os sistemas devem possuir, no mínimo, os seguintes recursos:

1.7.28.1 - Devem permitir acesso exclusivo a usuários devidamente cadastrados, mediante autenticação por login e senha.

1.7.28.2 - Qualquer modificação efetuada nos cadastros deve ser registrada em auditoria, garantindo sua rastreabilidade.

1.7.28.3 - Possibilitar que o cidadão solicite, por meio de protocolo digital, um relatório detalhando as alterações realizadas em seus dados pessoais.

1.7.28.4 - Permitir a definição, no Portal da Transparência, do Encarregado de Dados (DPO), incluindo as informações necessárias para contato.



- 1.7.104 Disponibilizar ampla capacidade de configuração para a geração de relatórios personalizados e adaptação dos sistemas.
- 1.7.105 Possibilitar que o usuário crie um relatório (salvar como/copiar) a partir de um modelo existente, mantendo o original inalterado e permitindo definir se será público ou restrito.
- 1.7.106 Permitir a visualização de todos os relatórios criados, marcar favoritos e acessar relatórios flexíveis.
- 1.7.107 Possibilitar a visualização de todos os relatórios vinculados a uma determinada categoria ou etiqueta.
- 1.7.108 Viabilizar a exportação e importação de relatórios personalizados.
- 1.7.109 Permitir duplicar relatórios, com a opção de modificar imediatamente título, descrição e tags.
- 1.7.110 Possibilitar a edição das propriedades, parâmetros, metadados e arquivos de layout de um relatório.
- 1.7.111 Autorizar o download e a geração de dados pré-visualizados de um relatório para desenvolvimento local.
- 1.7.112 Permitir ajustes na configuração da fonte de dados de um relatório, além da edição de título, descrição e categoria.
- 1.7.113 Possibilitar a inclusão de um ou mais parâmetros, definindo nome, tipo de dado e valor padrão, com opção de edição posterior.
- 1.7.114 Permitir a personalização do layout do formulário de parâmetros de um relatório, ajustando cada item e seu tamanho.
- 1.7.115 Viabilizar a distribuição de novos relatórios para entidades e sistemas, determinando inclusive as permissões dos usuários, além da atualização de relatórios já compartilhados.
- 1.7.116 Permitir adicionar uma fonte de dados para alimentar a execução de um relatório.
- 1.7.117 Viabilizar a exportação de relatórios nos formatos PDF, DOC, XLS, XML, ODS, ODT, CSV, TXT e HTML.
- 1.7.118 Possibilitar o agendamento de execução de relatórios, com parâmetros, quantidade de execuções realizadas, notificações e resumo.
- 1.7.119 Permitir salvar os parâmetros preenchidos para facilitar futuras execuções.
- 1.7.120 Autorizar a visualização das últimas execuções de relatórios, permitindo acesso ao resultado sem necessidade de nova execução.



- 1.7.121 Possibilitar o cancelamento de uma execução de relatório em andamento.
- 1.7.122 Permitir executar um relatório em uma entidade diferente da entidade atual.
- 1.7.123 Viabilizar o envio de relatórios para assinatura por e-mail ou para arquivamento.
- 1.7.124 Permitir visualizar eventos na consulta de relatórios para análise de desempenho.
- 1.7.125 Possibilitar a consulta de detalhes da execução de um relatório, como status, data/hora, duração e versão.
- 1.7.126 Permitir pesquisar a execução de um relatório pelo número de protocolo.
- 1.7.127 Disponibilizar informações técnicas da execução de um relatório, como métricas, consumo de memória e tempo de resposta de chamadas externas.
- 1.7.128 Viabilizar a consulta ao histórico de atualizações de um relatório.
- 1.7.129 Permitir visualizar o desempenho da execução de um relatório utilizando indicadores de performance.
- 1.7.130 Possibilitar a customização de rotinas nos sistemas disponíveis, com integração.
- 1.7.131 Autorizar a cópia e edição de personalizações de rotinas compartilhadas com outros usuários.
- 1.7.132 Permitir visualizar todas as personalizações realizadas em artefatos dos sistemas, incluindo aqueles em edição, flexíveis para a entidade, e permitir marcá-los como favoritos.
- 1.7.133 Viabilizar a pesquisa e filtragem de artefatos personalizados por nome, tipo, categoria ou etiquetas personalizadas.
- 1.7.134 Permitir configurar variáveis de ambiente para uso em um ou mais artefatos personalizados.
- 1.7.135 Disponibilizar um ambiente de desenvolvimento de artefatos personalizados, com recursos de validação, testes e monitoramento de logs.
- 1.7.136 Possibilitar a visualização de erros sintáticos e estruturais ao executar ou publicar um artefato personalizado.
- 1.7.137 Viabilizar a criação de parâmetros para interação com artefatos personalizados.
- 1.7.138 Permitir o agendamento de execução de artefatos personalizados, com parâmetros, quantidade de execuções realizadas, notificações e resumo.



- 1.7.139 Viabilizar a interação de artefatos personalizados com dados de um sistema via API, possibilitando consulta, inclusão, alteração ou exclusão de registros.
- 1.7.140 Permitir que artefatos acessem serviços externos via HTTP.
- 1.7.141 Disponibilizar o monitoramento em tempo real das execuções de artefatos personalizados.
- 1.7.142 Viabilizar a visualização da performance de um artefato personalizado com indicadores e métricas de desempenho.
- 1.7.143 Permitir a criação de fontes de dados personalizadas para uso em artefatos personalizados.
- 1.7.144 Viabilizar a criação de validações personalizadas para registros dos sistemas, definindo critérios para análise dos dados.
- 1.7.145 Possibilitar a análise dos dados registrados ao serem inseridos, atualizados ou excluídos.
- 1.7.146 Permitir ativar ou desativar uma validação personalizada de um cadastro.
- 1.7.147 Viabilizar a personalização de campos existentes nos registros dos sistemas.
- 1.7.148 Permitir a visualização das personalizações de campos cadastradas.
- 1.7.149 Possibilitar a importação e exportação de personalizações de registros entre entidades.
- 1.7.150 Autorizar a edição e exclusão de configurações de campos adicionais em um cadastro.
- 1.7.151 Exportar os valores de campos personalizados em arquivos JSON individuais para cada configuração existente.
- 1.7.152 Permitir visualizar e restaurar campos removidos em um cadastro de campos adicionais.
- 1.7.153 Viabilizar a criação de campos adicionais em cadastros existentes com formatos numéricos, alfanuméricos, datas e tabelas, incluindo regras de obrigatoriedade e formatação.
- 1.7.154 Permitir agrupar visualmente os campos em uma configuração adicional.
- 1.7.155 Viabilizar a referência a campos adicionais de uma configuração por nome ou apelidos nas extensões utilizadas.
- 1.7.156 Permitir integração com sistemas externos via API Rest.



1.7.157 Controlar quais recursos cada sistema externo pode acessar, gerando credenciais para cada integração.

## **2. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:**

**2.1** - De acordo com o Art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, o objeto trata-se de bens e serviços comuns, cujo padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

**2.2** - Em que pese o conceito seja aberto quanto ao que seja comum, ao analisarmos a especificação dos serviços demandados verificamos que estes:

- são passíveis de padronização por critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente;
- possuem especificações usuais de mercado;
- e possuem disponibilidade no mercado.

**2.3** - Logo, os serviços a serem realizados classificam-se como sendo serviços comuns.

## **3. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso II)**

**3.1** – O Instituto de Aposentadoria e Pensões de Cachoeiras de Macacu/RJ (IAPCM), autarquia municipal responsável pela gestão previdenciária dos servidores públicos, necessita de solução tecnológica especializada para garantir a adequada administração de seus benefícios, segurados e obrigações legais.

**3.2** - Atualmente, a gestão previdenciária demanda o processamento seguro e ágil de dados referentes ao cadastro de segurados, concessão, revisão e manutenção de aposentadorias e pensões, cálculo de proventos, geração de relatórios contábeis, atuariais e gerenciais, bem como integração com sistemas de controle interno e órgãos de fiscalização.

**3.3** - A contratação de empresa especializada em serviços de implantação, manutenção e suporte em software previdenciário mostra-se imprescindível para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços previdenciários, atendendo aos princípios da legalidade, da eficiência, da economicidade e da transparência, previstos na Lei nº 14.133/2021.



#### **4. DAS JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso IV)**

**4.1** - O parcelamento mostrou-se inadequado para o objeto em questão, visto sua particularidade. Dessa forma, a não afetar a integridade do objeto pretendido ou comprometer a sua perfeita execução, afasta-se o caráter de parcelamento uma vez que a prestação deste serviço deve ser licitada de forma única, visando à padronização e o menor preço individual, portanto, a contratação deve ser realizada de forma única com prazo de vigência estimada por meio contratual.

#### **5. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso V)**

**5.1** - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso VI)**

**6.1** – A solução tecnológica previdenciária proposta contempla todas as etapas do ciclo de vida do objeto, compreendendo:

##### **a) Aquisição e Implantação**

- Licenciamento de uso em modelo SaaS, com acesso remoto seguro;
- Conversão e migração de todas as bases de dados atuais;
- Implantação, configuração e testes integrados em até 120 (cento e vinte) dias;
- Prova de conceito para aferição do atendimento mínimo de 95% das funcionalidades por módulo.

##### **b) Utilização e Operação**

- Disponibilização de módulos integrados: previdenciário, folha de pagamento, recadastramento/censo, COMPREV e relatórios gerenciais;





- Acesso via web compatível com os principais navegadores e sistemas operacionais;
- Ferramentas de relatórios personalizados, auditoria de dados e mecanismos de segurança aderentes à LGPD.

**c) Manutenção e Suporte**

- Manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva durante toda a vigência contratual;
- Suporte técnico especializado remoto em horário comercial;
- Atualizações contínuas para adequação a normas legais e tecnológicas.

**d) Treinamento e Capacitação**

- Capacitação inicial de servidores do IAPCM, com fornecimento de material didático, certificados e reforço sem custos adicionais quando necessário.

**e) Sustentabilidade e Descarte**

- Encerrada a vigência contratual, a contratada deverá disponibilizar mecanismos para exportação integral dos dados em formatos abertos e interoperáveis, garantindo portabilidade e preservação da memória institucional;
- Eventuais serviços e ambientes tecnológicos deverão observar práticas de sustentabilidade, inclusive com política de redução de consumo energético em data centers.

**f) Rastreabilidade e Controle**

- Todas as entregas, atualizações e manutenções deverão ser documentadas e registradas em relatórios técnicos, assegurando rastreabilidade, auditoria e transparência para a Administração.

**7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso VII)**

**7.1** – A execução do objeto compreenderá todas as fases necessárias para que o sistema previdenciário integrado esteja plenamente operacional, assegurando a continuidade e a eficiência dos serviços prestados pelo IAPCM.

**a) Início da prestação**

- A contratada terá prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato para apresentar o plano de implantação, contendo cronograma detalhado, responsáveis e metas de entrega.

**b) Etapas de execução**

- **Conversão e migração de dados:** conclusão em até 90 (noventa) dias, com relatórios de validação de integridade e consistência.
- **Implantação e configuração:** instalação, parametrização, testes de integração e homologação em até 120 (cento e vinte) dias.



- **Treinamento:** capacitação inicial de servidores em turmas de até 10 participantes, com emissão de certificados.
- **Disponibilização plena:** após homologação, o sistema deverá estar acessível a todos os usuários habilitados, garantindo a execução dos módulos contratados.

**c) Regras de recebimento provisório e definitivo**

- O **recebimento provisório** ocorrerá após a implantação e homologação dos módulos, mediante termo circunstanciado elaborado pelo fiscal técnico e administrativo do contrato, que verificarão a conformidade com as especificações deste TR.
- O **recebimento definitivo** ocorrerá após período de 30 (trinta) dias de operação assistida, condicionado à comprovação da plena funcionalidade do sistema, da integridade dos dados migrados e da efetividade do suporte prestado pela contratada.

**d) Correções e ajustes**

- Eventuais falhas ou não conformidades detectadas durante o recebimento provisório ou definitivo deverão ser corrigidas pela contratada, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, sob pena de aplicação das sanções previstas nos arts. 156 a 162 da Lei nº 14.133/2021.

**e) Relatórios e transparência**

- A contratada deverá apresentar relatórios mensais de execução, contemplando atividades realizadas, chamados de suporte, atualizações aplicadas e indicadores de desempenho, os quais integrarão o processo de fiscalização contratual.

**8. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso VIII)**

8.1 – A contratada deverá garantir o pleno funcionamento do sistema previdenciário durante toda a vigência contratual, assegurando a disponibilidade, a integridade e a segurança das informações tratadas pelo software.

8.3 – A garantia compreenderá:

**8.2.1 - Manutenção corretiva:** solução de falhas e erros que comprometam a execução do sistema, em prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para incidentes críticos e até 5 (cinco) dias úteis para falhas não críticas;



**8.2.4 - Manutenção adaptativa:** adequação do sistema a alterações legais, normativas ou regulatórias aplicáveis à gestão previdenciária, sem custos adicionais para a Administração;

**8.2.5 - Manutenção evolutiva:** melhorias, aperfeiçoamentos e inclusão de novas funcionalidades, mediante solicitação da contratante e análise de viabilidade técnica pela contratada.

**8.3 –** O suporte técnico deverá ser disponibilizado de segunda a sexta-feira, das 08h30 às 17h30, por meio de canais diversos (telefone, chat, e-mail e sistema de chamados), com registro e acompanhamento de demandas até sua solução.

**8.4 –** Durante toda a vigência contratual, a contratada deverá disponibilizar equipe técnica especializada para atendimento remoto e, quando necessário, presencial, garantindo a continuidade dos serviços.

**8.5 –** A contratada deverá assegurar atualização tecnológica contínua do sistema, incluindo:

- atualizações de segurança;
- adequações para compatibilidade com navegadores e sistemas operacionais;
- implementação de melhorias de desempenho.

**8.6 –** Ao final do contrato, a contratada deverá garantir a **portabilidade dos dados** da Autarquia, mediante exportação integral em formatos abertos e interoperáveis (tais como CSV, XML ou JSON), assegurando a integridade e continuidade da gestão previdenciária.

**8.7 –** O não atendimento às condições de garantia, suporte e manutenção previstas neste item sujeitará a contratada às penalidades previstas nos arts. 156 a 162 da Lei nº 14.133/2021.

## **9. DO VALOR MÁXIMO ESTIMADO UNITÁRIO E GLOBAL DA CONTRATAÇÃO:** (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso IX)

**9.1 -** O valor máximo estimado para esta contratação será apresentado pela Equipe de cotação em documento próprio, elaborado após cotação mercadológica em quadro comparativo de preços.

**9.1.1 –** O resultado da pesquisa de preços constará em **quadro comparativo anexo ao processo**, devidamente assinado pela equipe de Cotação.

**9.1.2. –** O valor estimado será a **MEDIANA** e servirá como **limite máximo aceitável** para a contratação, observado o princípio da economicidade e a busca da proposta mais vantajosa para a Administração.



**10. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XI)**

**10.1** - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do IAPCM de Cachoeiras de Macacu/RJ, sendo atendida pela seguinte dotação:

ÓRGÃO	UNIDADE	RÚBRICA	FONTE	ORIGEM DA FONTE
30	031	3.3.90.39.00.00.00.00	1.802.0000	Taxa de Administração

**10.2** Para esta atividade verificou-se, inclusive, a inovação legislativa advinda do preceito do art. 66 da Lei 14.133/21, segundo o qual os documentos alusivos à habilitação jurídica, limitando-se “a comprovação de existência jurídica da pessoa”

*“Art. 66 – a habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa, e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.”*

**10.2.1** – As atividades desempenhadas pelas empresas licitantes, entretanto, devem guardar uma relação de **pertinência** com o objeto da licitação, sem que isso signifique, necessariamente, uma correspondência literal entre o objeto social e o objeto descrito no edital.

**10.2.2** – Não será admitido a participação de empresas atuantes em ramos **completamente impertinentes**, ou cuja natureza jurídica seja **incompatível** com a prestação dos serviços ou fornecimento de bens previstos neste T.R.



## **11. DA RESERVA DE COTA OU EXCLUSIVIDADE (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XII)**

**11.1** – Essa exclusividade aplica-se somente quando o valor total estimado da contratação não ultrapassar o limite de **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, nos termos da legislação.

**11.2** – Caso o valor estimado ultrapasse o referido limite, a contratação seguirá o procedimento aplicável, sem a exclusividade prevista neste item.

## **12. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XIII)**

**12.1** - Dado que os serviços pretendidos possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de edital, bem como especificações usuais de mercado, poderão ser contratados pela modalidade licitatória PREGÃO, na sua forma eletrônica, com critério de menor preço Global, nos termos dos artigos 6º, inciso XLV e art. 34, todos da Lei Federal Nº 14.133/2021. O critério de julgamento atenderá ao inciso I, do artigo 33, sendo vencedora a proposta com menor preço GLOBAL. O modo de disputa será ABERTO, de acordo com o inciso I, do Art. 56 da mesma Lei Federal.

Nos termos do Art.47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, assim como na Súmula nº 247/TCU dispõe que é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala. Na aplicação deste princípio, o parágrafo 1º do mesmo artigo estabelece que deverá ser considerado a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos.

Diante do exposto, a licitação desse objeto deverá ser realizada de forma agrupada, sem divisão de itens, visando propiciar agilidade ao processo e a garantia de qualidade e otimização da entrega, conforme estabelecido pelo Art. 40, Par. 3º, inciso I da Lei Federal.

**12.2 - Justificativa Técnica para Realização Global:** Está contratação será realizada por meio de pregão na forma Eletrônica, adotando-se a disputa global, e não por item, pelos seguintes motivos:



#### **12.2.1 - Natureza Conjunta dos Serviços:**

Os serviços exigem conhecimento técnico específico e integração entre diagnóstico. A fragmentação por item poderia comprometer a continuidade e a eficiência do serviço, uma vez que diferentes fornecedores poderiam ser responsáveis por partes distintas do processo, dificultando a responsabilização por falhas e a garantia dos serviços.

#### **12.2.2 - Unificação da Garantia e Responsabilidade Técnica:**

A contratação global permite que uma única empresa assuma a responsabilidade integral pelos serviços prestados, incluindo a garantia de qualidade, o fornecimento do software e o cumprimento das normas técnicas, evitando conflitos entre fornecedores em caso de falhas.

#### **12.2.3 - Redução de Custos Operacionais e Logísticos:**

A execução dos serviços por um único fornecedor reduz custos administrativos, de deslocamento e de gestão de contratos, proporcionando maior eficiência e economia para a Administração Pública.

#### **12.2.4 - Agilidade na Resposta a Demandas Corretivas:**

Um único prestador de serviços, assegura resposta mais ágil a eventuais falhas ou panes, o que é essencial para o funcionamento contínuo do serviço.

#### **12.2.5 - Princípio da Eficiência:**

A contratação global atende ao princípio da eficiência previsto no art. 37 da Constituição Federal, pois racionaliza a gestão contratual, reduz a fragmentação de serviços e melhora o controle e fiscalização dos contratos.

#### **12.2.6 - Precedentes em Jurisprudência e Orientações Normativas:**

Diante do exposto, fica tecnicamente justificada a adoção pela forma global para esta contratação, de modo a garantir a qualidade dos serviços, a eficiência na execução, a economicidade para a Administração Pública e a continuidade dos serviços essenciais.

### **13. DAS PROPOSTAS:**

#### **13.1 – Prazo de validade: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XIV)**



**13.1.1** - As propostas apresentadas deverão ser válidas por, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

### **13.2 – Condições da Proposta**

**13.2.1** - As empresas interessadas deverão encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, devendo conter a descrição do objeto ofertado e preço ofertado, com as características mínimas e quantidades estipuladas neste Termo de Referência.

**13.2.2** - No campo destinado à descrição detalhada do objeto ofertado, a empresa deverá informar os dados complementares e singulares que o caracterizam, quando for o caso, não se admitindo a mera cópia do descritivo indicado no termo de referência, ficando a licitante sujeita a desclassificação.

**13.2.3** - Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Termo de Referência.

### **13.3 – Exigência de Amostra, prova conformidade ou Prova de Conceito**

**13.3.1** – Não se aplica a este objeto.

## **14. DOS REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:** (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XVI)

**14.1** - Atestado de Capacidade Técnica nos termos do art. 67§ 5º da Lei 14.133/21.

**14.2** - Para efeito de qualificação técnica, será considerado como atestado o parecer emitido pela Comissão de Avaliação.

## **15. DOS REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:** (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XVI)

**15.1** - A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

**15.1.1** – balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;





**15.1.2** – certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

**15.1.3** – Outras informações conforme artigo 69 da Lei Federal 14.133/21.

## **16. DO CONTRATO:**

### **16.1 – Prazo e Prorrogação (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XVII)**

**16.1.1** – O contrato deverá ter prazo iniciado após a homologação do processo e com duração de 12 (doze) meses.

**16.1.2** – O prazo estipulado no item anterior poderá ser prorrogado conforme autorização do CONTRATANTE.

### **16.2 – Prazo para Assinatura (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XVIII)**

**16.2.1** – O contrato a ser firmado com a licitante vencedora incluirá as condições estabelecidas em instrumento convocatório e seus anexos, necessárias à fiel execução do objeto desta licitação.

**16.2.2.** Homologado o resultado do processo, a vencedora será convocado para assinar o contrato, conforme preconiza o art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021, no prazo de 04 (quatro) dias úteis, não prorrogáveis, na sede do IAPCM.

**16.2.2.1** – Endereço do IAPCM: Rua Oswaldo Aranha, nº 01 – Centro  
– Cachoeiras de Macacu - RJ

**16.2.3.** A recusa em assinar o contrato, no prazo estabelecido no item anterior, caracterizará o descumprimento integral da obrigação assumida, sujeitando-se às sanções previstas neste edital, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

**16.2.4.** Na hipótese acima, à licitante decairá do direito à contratação, reservando-se o Promitente Comprador o direito de convocar a segunda classificada, e assim sucessivamente, para negociações, observado o disposto no Art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **16.3 – Requisitos da Contratação (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XIX)**



**16.3.1** – Os requisitos da Contratação foram apresentados particularizado por item no item **1** deste Termo de Referência.

#### **16.4 - Reajuste**

**16.4.1** – Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da proposta.

**16.4.2** - Após o interregno de um ano, em caso de pedido de prorrogação, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice nacional de preços ao consumidor amplo IPCA/IBGE- exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**16.4.3** - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

#### **16.5 – Garantia Contratual**

**16.5.1** - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **16.6.– Subcontratação**

**16.6.1** - Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **17. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DO CONTRATANTE: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XX)**

**17.1** – Transmitir, por escrito, diretamente à CONTRATADA, todas as instruções e reclamações, salvo em caso de urgência, quando poderá fazê-lo ao empregado da CONTRATADA, por telefone ou ainda por outro meio, fazendo a respectiva comunicação escrita tão logo seja possível;

**17.2** – Assegurar o acesso dos empregados da CONTRATADA, devidamente identificados, às dependências da Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu, para executarem a entrega e, se necessário, a instalação, na Rua Oswaldo Aranha, nº 06 – Centro – Cachoeiras de Macacu, no horário de 10:00 às 16:00;

**17.3** - Exercer a fiscalização e o acompanhamento da execução do serviço, garantindo que o mesmo atende às especificações mínimas exigidas, bem como realizar as anotações e registros em caso de falhas ou defeitos observados, visando a regularização;



**17.4** - Aplicar as penalidades cabíveis, caso a Adjudicatária não cumpra quaisquer das exigências deste Termo.

**20 – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXI)**

**18.1** - Responsabilização por eventuais danos: O contratado será responsável por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou à terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto licitado.

**18.2** - Encargos: A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultante da execução do contrato.

**18.3** - Manter condições de habilitação: A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as obrigações assumidas, condições de habilitação e qualificação exigidas por Lei e neste Termo de Referência.

**18.4** - O contratado é responsável por quaisquer encargos ou despesas com acidentes de trabalho;

**18.5** - Comunicar de imediato e por escrito qualquer tipo de irregularidade que possa ocorrer durante a vigência do contrato;

**18.6** - A Contratada assumirá integral responsabilidade por danos causados ao Contratante e/ou a terceiros, decorrentes da execução parcial ou total do objeto.

**18.7** – A CONTRATADA fica obrigada a apresentar as licenças impressas solicitadas no subitem **1.4** deste Termo de Referência no ato do procedimento licitatório.

**21 – PREVISÃO E PRESTAÇÃO DE GARANTIA CONTRATUAL: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXII)**

**19.1** - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**20 – PREVISÃO DAS CONDIÇÕES PARA SUBCONTRATAÇÃO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXIII)**

**20.2** - Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**21 - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXIV)**

**21.1** – A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas em conformidade com o art. 117, §1º da Lei nº 14.133 de 2021 e Decreto Municipal nº 5.022 de 2024.



**21.2** – Cabe ao Gestor do contrato a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

**21.3** – Cabe ao Fiscal Técnico o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela Administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;

**21.4** – Cabe ao Fiscal Administrativo o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento;

**21.5** – As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercido por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, de acordo com a complexidade da contratação, assegurada a distinção das atividades.

**21.6** – A distinção das atividades de que trata o parágrafo 1º não poderá comprometer o desempenho das ações relacionadas à gestão do contrato.

**21.7** – Os Gestores e Fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021 e do art. 29 do Decreto Municipal nº 5.022 de 2024, devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

#### INDICAÇÕES:

FUNÇÃO	TITULAR	MATRÍCULA	CPF
GESTOR	LUIZ CARLOS SANTANA DA COSTA	25009	129.165.707-05
GESTOR SUBSTITUTO	JOÃO FERNANDO NETTO CARDINOT	25006	149.043.547-61



FISCAL TÉCNICO	GELSON FELICIANO JUNIOR	25002	484.810.097-68
FISCAL TÉCNICO SUBSTITUTO	MARCO JOSÉ MORAES DE ARRUDA	25010	946.373.267-53
FISCAL ADMINISTRATIVO	MILENA RAMOS BUSQUET	25005	076.073.757-67
FISCAL ADMINISTRATIVO SUBSTITUTO	ADRIANA AGUIAR DA ROCHA	25008	089.153.607-53

**22. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXV)**

22.1 - A metodologia de avaliação da execução dos serviços será de acordo com os seguintes parâmetros:

- a - Atendimento integral das exigências do Termo de Referência;
- b - Qualidade dos serviços prestados;
- c - Pontualidade na execução dos serviços.

22.2 - Com vistas à melhoria contínua na prestação de serviços, este órgão adotará o Acordo de Nível de Serviços – ANS como instrumento para avaliação e controle da qualidade e desempenho dos serviços prestados pela CONTRATADA.

22.3 - Para obtenção da pontuação final de glosa da fatura, serão utilizados os critérios de avaliação da tabela ANS, conforme verificado abaixo:

ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO	
1. ATENDIMENTO INTEGRAL DAS EXIGÊNCIAS DO TERMO DE REFERÊNCIA E QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS	
<b>Finalidade</b>	<i>Contratação de empresa especializada para fornecimento de solução tecnológica integrada para gestão previdenciária, abrangendo, no mínimo, os seguintes módulos: sistema previdenciário, folha de pagamento com portal web aos segurados, recadastramento web (censo previdenciário), COMPREV (compensação previdenciária), incluindo todas as etapas de implantação, migração de dados dos sistemas atualmente utilizados, treinamento de usuários, suporte técnico especializado e manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva dos sistemas, conforme condições, quantidades e exigências a serem estabelecidas neste Termo de Referência.</i>
<b>Instrumento de</b>	Avaliação de Reação aplicada aos servidores ao final da prestação



<b>medição</b>	do serviço.
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Média das notas atribuídas pelos servidores que preencheram a Avaliação de Reação aplicada ao final da capacitação.
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	De 7 a 10 - 100% da fatura;
	De 7 a 5 - 90% da fatura;
	De 5 a 4 - 80% da fatura;
	Abaixo de 4 - inexecução parcial.
<b>2. PONTUALIDADE NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS</b>	
<b>Finalidade</b>	Garantir a disponibilidade dos serviços.
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Dias = Quantidade de dias de atraso
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	0 dias = 100% da Fatura em caso de aceite;
	de 1 a 5 dias = 95% do valor correspondente na Fatura;
	de 6 a 10 dias = 90% do valor correspondente na Fatura;
	Acima de 11 dias = 80% do valor correspondente na Fatura.
Para efeitos de ajuste no pagamento será considerada a média dos valores do item 1 e item 2 - "Qualidade" e "Prazo" - conforme a fórmula seguinte: $\frac{(\text{Faixa de ajuste no pagamento "Prazo"} + \text{Faixa de ajuste no pagamento "Qualidade"})}{2}$	

## 22.4 – Da Liquidação:

**22.4.1** - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

**22.4.2** - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- g) o prazo de validade;
- h) a data da emissão;
- i) os dados do contrato e do órgão contratante;
- j) o período respectivo de execução do contrato;
- k) o valor a pagar; e
- l) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**22.4.3** - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará



sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

## **22.5 Do Prazo de Pagamento**

**22.5.1** - O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco.) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

**22.5.2** - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

## **22.6 Da Forma de Pagamento**

**22.6.1** - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**22.6.2** - Os pagamentos serão efetuados em 02 (duas) parcelas: referente a 50% do valor total, se dará em até 05 dias (cinco) úteis após a assinatura do contrato e emissão de Nota Fiscal/Recibo, e a segunda e última, referente a 50% do valor total, se dará em até 07 (sete) dia após o evento.

**22.6.3** - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**22.6.4** - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**22.6.5** - O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **23. DA SEGURANÇA DE DADOS:**

**23.1** - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**23.2** - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.





**23.2.1** - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**23.3** - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**23.4** - É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**23.5** - A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**23.6** - A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**23.7** - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**23.8** - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

## **24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXVI)**

**24.1** - Em caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas na Lei 14.133/21 e demais normas pertinentes, assegurados, nos termos da lei, a ampla defesa e o contraditório.



**24.2** - Conforme o disposto nos arts. 156 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, o contratado estará sujeito às seguintes sanções em caso de inadimplemento, descumprimento das obrigações contratuais ou irregularidades na execução do objeto:

- **Advertência;**
- **Multa**, nos percentuais e condições estabelecidos no contrato;
- **Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a administração**, pelo prazo de até 2 ( dois) anos;
- **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública**

**24.3** - A aplicação das sanções observará o devido processo legal, garantindo ao contratado ampla defesa e contraditório, conforme previsto na legislação vigente.

**Cachoeiras de Macacu, 18 de setembro de 2025.**

---

**Gelson Feliciano Junior**

**Servidor responsável pela elaboração do Termo de Referência**

**Matrícula: 25002**

---

**Fábio Luciano Amaram Pereira**

**Diretor Presidente do IAPCM**

**Matrícula: 25001**